Agentes de EDUCAÇÃO Popular em SAÚDE

CADERNO DE FORMAÇÃO

CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO DO SUS E DO DIREITO À SAÚDE



FIOCRUZ

BRASIL BEM CUIDADO

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CADERNO DE FORMAÇÃO

Agentes de EDUCAÇÃO Popular em SAÚDE

CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO DO SUS E DO DIREITO À SAÚDE

FIOCRUZ

BRASIL BEM CUIDADO

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

...NIÃO E RECONSTRUÇÃO

EXPEDIENTE

Fundação Oswaldo Cruz – Brasília
GEREB – Escola de governo
Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Ministério da Saúde

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo Alckmin
Vice-Presidente da República

Nísia Verônica Trindade Lima
Ministra da Saúde

Swedenberger do Nascimento Barbosa
Secretário-Executivo do Ministério da Saúde

Maria Rocineide Ferreira da Silva
Coordenadora-Geral de Articulação Interfederativa e Participativa da SE/MS
Coordenação da Política Nacional de Educação Popular em Saude - PNEPS-SUS:

Isabela Cardoso de Matos Pinto
Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo
Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde

Felipe Proenço De Oliveira
Secretário de Atenção Primária à Saúde

Lilian Silva Gonçalves
Coordenadora do Acesso e Equidade

Mario Santos Moreira
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Maria Fabiana Damásio Passos
Diretora da Fiocruz Brasília

Osvaldo Peralta Bonetti
Coordenador do Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação em Saúde

Anamaria D'Andrea Corbo
Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

ESCRITA E DESENVOLVIMENTO

Adriana Lohanna dos Santos
Educadora Popular, Professora, Transexual e Ativista do Movimento LGBTQIAPN+, Especialista em Coordenação Pedagógica, Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação, Especialista em Sexologia, Mestre em Educação.

Alessandra Maria da Conceição
Conhecida como Alê, Assistente social, integrante da Brigada Popular Solidária Dom Hélder Câmara no território Olinda-Paulista – Mãos Solidárias Pernambuco

Alexandre Pessoa Dias
Engenheiro civil, com ênfase em Engenharia Sanitária , Especialista em Saneamento e Controle Ambiental pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/Fiocruz. Doutor em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Alexsandro de Melo Laurindo
Sanitarista, Especialista em Saúde do Campo, Mestrando em Saúde Coletiva na Universidade de Brasília (UnB), Consultor técnico na Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde, DEGES/SGTES/Ministério da Saúde

Ana Karolina Keil
Fonoaudióloga, Especialista em Realidade Brasileira (UFPR), Militante do Levante Popular da Juventude.

Arlindo Pereira de Souza Neto
Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia e Militante do Movimento Brasil Popular

Camila Tenório Ferreira
Consultora técnica na Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde DEGES/ SGTES/Ministério da Saúde

Carolina de Toledo Braga
Historiadora, Educadora e Comunicadora Popular, Mestre em História Social (UFF) – Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (UnB), Consultora técnica na Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde DEGES/SGTES/Ministério da Saúde

Carolina Veras Pessoa da Silva
Consultora técnica na Coordenação-geral de integração Ensino-Serviço-Comunidade DEGES/SGTES/Ministério da Saúde

Daniela Bruno dos Santos
Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Residente pelo programa de Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para Saúde, Fiocruz Brasília

Débora Antoniazi Del Guerra
Enfermeira Sanitarista, Assessora em Políticas Públicas para Mulheres, compõe a Coletiva Etinerâncias.

Dayane Stefany dos Santos
Enfermeira, Especialista em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo, Florestas e Águas, Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília

Dulce Fátima Cerutti
Cientista Política, Analista Técnica de Políticas Sociais (ATPS) e atualmente desenvolve trabalho no gabinete da Secretaria-Executiva.

Edilene de Menezes Pereira
Graduação em Geografia, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ), Professora-Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Érika Rodrigues de Almeida
Coordenadora subtituta da Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde DEGES/SGTES/Ministério da Saúde

Felipe Bagatoli Silveira Arjona
Graduação em Geografia (PUCRJ), Especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em Geografia (PUCRJ), Professor-pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Fernanda Severo
Graduação em História (UFRGS), Doutora em História Ibérica e Americana (PUCRS) Pesquisadora do Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e do Jacarandá - Núcleo de Educação e Humanidades em Saúde da Fiocruz Brasília.

Gabriela Reis
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; Ministério da Saúde

Helena Maria Scherlowski Leal David
Professora titular, Departamento de Enfermagem de Saúde Pública, Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Iara Duarte Lins
Educadora Popular – Mestra em Educação Popular – Integrante do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL) – Coordenadora Geral de Educação Popular na SNPS/ DEP, Secretaria-Geral da Presidência da República

José Vanilson Torres da Silva
Coordenação Nacional do Movimento Nacional de População em Situação de Rua MNRP, Conselheiro Nacional de Saúde, Coordenação Adjunta da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do CNS.

Joseleide Lins da Silva
Conhecida como Vinha, integrante da Brigada Popular Solidária Dom Hélder Câmara e coordenadora da Cozinha Popular Solidária dos Milagres/Ibura – Mãos Solidárias Pernambuco

Laila Talita da Conceição Costa
Educadora Popular, Assistente Social, Especialista em Educação Popular em Saúde e Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (Fiocruz Brasília); Doutora em Serviço Social (UFPE) – Assessora especializada da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Ministério da Saúde

Larissa Correia Nunes Dantas
Consultora técnica na Coordenação-Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde DEGES/SGTES/Ministério da Saúde

Larissa Leite Batista
Psicóloga, Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília

Layza da Rocha Soares
Doutora em Economia (UFF), Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO/RJ).

Lorena Padilha
Psicóloga, Núcleo de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (Nusmad) Fiocruz Brasília.

Luana Gomes
Comunicadora e Educadora Popular do Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop - DF/ RIDE

Maria Auxiliadora Córdova Christófaro
Professora e colaboradora do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Maria das Graças Epifânio da Silva
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ/MG).

Maria Eulina Marques de Sousa
Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília

Mateus dos Santos Brito
Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ/BA).

Maurício Monken
Graduação em Geografia (UERJ), Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Osvaldo Peralta Bonetti
Enfermeiro (UFRGS), Especialista em Bioética pela Cátedra da UNESCO (UNB) Mestre em Saúde Coletiva (UNB), Coordenador do Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília.

Paulette Cavalcanti de Albuquerque
Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz Pernambuco – Professora da Universidade de Pernambuco (UPE)

Paulo Cerioli
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Paulo Rogério Adamatti Mansan
Graduado em Filosofia (PUC-RS), Especialização em Questão Agrária (UFRPE), Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT-UFRPE)

Priscylla Alves Nascimento de Freitas
Assistente Social (UFPB), Especialista em Saúde da Família do Campo (UPE), Mestranda em Saúde Pública - Fiocruz Pernambuco. Compõe o coletivo temático de ecossistemas e saúde do Movimento Pela Saúde dos Povos. Assessora Técnica para a temática de saúde e ambiente na Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde.

Renata Pekelman
Médica de Família e Comunidade – Gerência de Atenção Primária em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) Porto Alegre

Sérgio de Souza Cruz
Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília

Simone Mattos
Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – ANGICOS – Fiocruz Brasília

Suzany Ludimila Gadelha e Silva
Psicóloga Social, Coordenadora de Projetos - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

Thays Santos Carvalho
Diretora da Escola Nacional Paulo Freire – Membra-titular da Comissão de Articulação e Assessoramento ao processo de Fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde – Articula PNEPS-SUS

Victor de Jesus
Graduado em Ciências Sociais (UFES), Doutor em Ciências Sociais (UFES), Tecnólogo em Saneamento Ambiental (IFES).

CURADORIA
Helena Maria Scherlowski Leal David
Maria Auxiliadora Córdova Christófaro
Renata Pekelman
Thays Santos Carvalho

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL
Elisa Maiby Carvalho Augusto

EDITORAÇÃO
Carolina de Toledo Braga

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
DeLourenco (Tiago Lourenço Soares Araújo)
Designer gráfico, Militante do Levante Popular da Juventude

"Esta publicação foi realizada pela Fundação Oswaldo Cruz. O conteúdo da publicação é um dos resultados do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS), e é responsabilidade exclusiva dos autores e não representa necessariamente a posição da Fiocruz."

SUMÁRIO

10 Prefácio

12 Introdução

12 O que queremos com este curso?

16 O surgimento dos agentes populares de saúde

20 Princípios éticos, políticos e pedagógicos

20 O/A Agente como educador(a)

25 Como organizamos o curso?

28 O que é mística?

30 Sobre a Sistematização

36 Solidariedade ativa

39 A ciranda infantil e o aprender brincando

42 **EIXO TEMÁTICO I: EDUCAÇÃO POPULAR E O QUE É SER AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE**

43 Primeiro momento: Quem somos nós? Nos conhecendo como grupo e conhecendo o curso

45 Segundo momento: Quem é e o que faz um/a Agente de Educação Popular em Saúde?

47 Terceiro momento: Leitura coletiva

48 Quarto momento: Como fazer o trabalho pautado na Educação Popular?

49 Quinto momento: Promovendo diálogos no território

50 Sexto momento: Tempo Comunidade

51 Sétimo momento: Rodada de avaliação do eixo

52 Oitavo momento: Mística de encerramento

53 Momento Leitura

59 EIXO TEMÁTICO 2: A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

60 Primeiro momento: Mística e boas-vindas

61 Segundo momento: Sistematizando as informações sobre a comunidade

62 Terceiro momento: Quem é o povo brasileiro?

63 Quarto momento: O que quer o povo brasileiro?

65 Quinto momento: Tempo Comunidade

66 Sexto momento: Rodada de avaliação

67 Sétimo momento: Mística Final

69 Momento Leitura

79 EIXO TEMÁTICO 3: TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO, AMBIENTE E VIGILÂNCIA POPULAR

80 Primeiro momento: Mística e boas-vindas

81 Segundo momento: Sistematizando as informações sobre a comunidade

81 Terceiro momento: Momento de leitura

83 Quarto momento: A comunicação nos territórios

84 Quinto momento: Território, participação e comunicação popular em saúde

85 Sexto momento: Tempo Comunidade

86 Sétimo momento: Avaliação do módulo

86 Oitavo momento: Mística Final

88 Momento Leitura

PREFÁCIO

O Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS) propõe um processo de formação de cidadãos e cidadãs no campo da saúde. Esta formação tem o principal objetivo estimular ações de promoção da saúde e ampliar a formação de redes solidárias nos territórios de vida das pessoas.

Os e as Agentes de Educação Popular em Saúde serão formadas(os) a partir do conceito ampliado de saúde. O curso visa ampliar a perspectiva do cuidado e dos modos de compreender e viver a saúde enquanto produção social.

O papel desta(e) Agente não é o de ser um(a) trabalhador(a) formal dos serviços de saúde, mas, sim, ser um(a) ativador(a), uma pessoa preparada para o diálogo sobre saúde dentro de sua comunidade, para reconhecer os problemas e desafios individuais e coletivos que os territórios possuem, e para mobilizar as comunidades na busca de melhorias e de um cuidado integral para a saúde da população.

O curso do AgPopSUS expressa o esforço pelo resgate e pela reconstrução de políticas estruturantes do SUS, em especial as Políticas Nacionais de Educação Permanente, de Educação Popular em Saúde e as de Promoção da Equidade. É de fundamental importância, uma vez que os princípios da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) que o sustentam consideram o encontro dos saberes populares e tradicionais com os saberes técnicos e científicos, no qual a construção compartilhada do conhecimento e a construção do projeto democrático e popular são alguns dos elementos centrais. Os(as) Agentes de Educação Popular em Saúde (cidade e campo), partindo do diálogo e da problematização com seus pares, serão agentes desses processos.

A Educação Popular em Saúde como proposta pedagógica tem como pilares o compartilhamento de saberes, o combate às iniquidades e a valorização da diversidade de conhecimento e cultural. Fortalece a participação social e potencializa o desejo de ser e estar no mundo. Volta-se, em especial, para o apoio às populações vulnerabilizadas e periféricas, constituindo-se em uma política que pretende ampliar a escuta a respeito das diversas formas de fazer saúde, incluindo-as mais e mais no Sistema Único de Saúde (SUS).

O curso compõe-se de seis eixos. O primeiro apresenta o(a) Agente como educador(a), com base na proposta da Educação Popular em Saúde e sua potencialidade no processo educativo. O segundo trata da formação do povo brasi-

leiro, considerando as etnias, raças e gêneros que constituem nosso povo e sua história. O terceiro aborda o território, o ambiente e a comunicação popular. Estes temas constroem um olhar crítico para o território de vida dos participantes. O quarto eixo traz para a discussão o SUS, sua história e conquistas, e as práticas populares de cuidado. Neste eixo, é fundamental o diálogo entre os saberes populares e os saberes técnicos, científicos, a problematização sobre o que almejamos como cuidado integral e o processo de luta e conquistas da população para a construção do SUS. O quinto eixo versa sobre um tema fundamental quando se fala na determinação social da saúde – a soberania alimentar e o combate à fome. Não há saúde se há fome, e a soberania alimentar vai além do alimento mínimo para evitá-la. O sexto e último eixo tem sido considerado como um eixo adaptável, pois nele são oferecidos temas distintos que serão escolhidos pelas educandas e educandos, conforme seus interesses e as necessidades que suas realidades apontam. Engloba temas como saúde mental, juventudes, campo, águas e florestas, racismo, racismo ambiental, mudanças climáticas e desastres ambientais.

Este curso é uma inovação proposta pelo Ministério da Saúde, inspirado em experiências exitosas produzidas durante a pandemia de Covid-19 por iniciativa de lideranças comunitárias, de universidades em conjunto com comunidades e de organizações da sociedade civil. Irá formar atores e atrizes sociais para seguir na construção e defesa de um SUS participativo, que responda às necessidades reais da população e, ao mesmo tempo, amplie a discussão da saúde para o avanço de ações intersetoriais e de novos caminhos para a produção de saúde com as coletividades.

Reafirma-se, com a proposta deste curso, o profundo compromisso deste Governo com o fortalecimento do SUS como política pública de saúde de caráter universal, sem deixar de considerar a diversidade que é marca do nosso povo, sua cultura e sua imensa capacidade de produzir um país novo, mais forte e com mais saúde a cada dia.

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA
Secretário-Executivo
Ministério da Saúde

O QUE QUEREMOS COM ESTE CURSO?

O Programa de Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde é a forma atual de implementação do artigo 198 da Constituição Federal de 1988, que descreve, no seu item III, a Participação da Comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde.

Essa diretriz está relacionada ao chamado Controle Social do SUS (conselhos e conferências de saúde nos municípios, estados e federação) e à Política Nacional de Educação Popular em Saúde, publicada em 2013, que busca fortalecer o protagonismo popular nos processos educativos em saúde no SUS.

Em 2023, o presidente do Conselho Nacional de Saúde lançou um desafio na 17ª Conferência Nacional de Saúde: a criação de conselhos locais em cada uma das Unidades Básicas de Saúde ou nas Unidades de Saúde da Família.

Como dar conta de tão importante tarefa sem um movimento local de saúde, um movimento popular de saúde, sem as(os) agentes populares de saúde?

Na pandemia de Covid-19, o SUS se deparou com agentes populares que desenvolveram ações educativas e apoiaram a população nas diversas necessidades, num processo de Solidariedade Ativa que foi para além da entrega de alimentos ou produtos de higiene.

As(os) agentes populares foram formadas(os) em cursos que buscavam a reflexão sobre o que era o coronavírus, as necessidades de saúde da sua comunidade e outras necessidades de políticas públicas que afetam diretamente a saúde. Ajudaram a salvar vidas naquele momento tão difícil da nação.

Estas(es) agentes foram se espalhando pelo país, por cerca de 17 estados, e tiveram um papel complementar e de parceria com trabalhadoras e trabalhadores do SUS nas ações educativas, na defesa do SUS, no combate às notícias falsas (fake news), no estímulo e mesmo no agendamento eletrônico da vacinação.

O que queremos agora? O Programa AgPopSUS quer que cada agente popular ajude a cumprir os objetivos do programa, que são:

- constituir uma rede nacional de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde, voltada para o fortalecimento do SUS e o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis;
- fortalecer a participação popular em saúde no âmbito das comunidades periféricas urbanas e rurais em defesa do SUS e dos direitos sociais;
- incentivar e valorizar as práticas tradicionais e populares de cuidado, a comunicação e a educação popular em saúde;
- implementar processos formativos referenciados nas Políticas Nacionais de Educação Permanente e Educação Popular em Saúde com lideranças comunitárias e atores dos movimentos sociais populares;
- fortalecer iniciativas comunitárias de promoção da alimentação saudável e combate à fome;
- contribuir com a elaboração de diagnósticos sócio sanitários locais, cooperando com a implementação de territórios saudáveis e sustentáveis.

É isso que precisamos fazer e, para isso, convidamos você para ser um sujeito ativo nesse processo: um agente educador ou educadora popular em saúde!

ISABELA CARDOSO DE MATOS PINTO
Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Ministério da Saúde

LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO
Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Ministério da Saúde

INTRODUÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) enquanto instituição pública estratégica de Estado para a saúde, mobiliza todo o seu arcabouço material, social e intelectual para um amplo movimento em favor de melhores condições de saúde e de vida da população e do Sistema Único de Saúde, SUS, universal, público, equânime e de qualidade. Neste caminho, tem buscado ampliar permanentemente sua capacidade de desenvolver e oferecer serviços e soluções científicas, tecnológicas, educacionais, informacionais, comunicacionais, de forma inclusiva e em processos participativos.

Dentre o conjunto de valores que orientam nossas práticas educativas, destacamos a defesa da democracia de forma indissociável da saúde, da ciência e da cidadania, o combate a todas as formas de opressão e discriminação, a educação como processo emancipatório e a construção compartilhada como caminho ético e pedagógico para a efetividade e êxito de nossas ações.

No enfrentamento da pandemia da Covid 19, várias unidades da Fiocruz atuaram junto aos movimentos sociais populares e organizações da sociedade civil nos territórios, em especial naqueles onde vivem populações mais vulnerabilizadas, promovendo a solidariedade ativa, por meio de projetos como o Nós por Nós, em Brasília e a Campanha Mãos Solidárias em Pernambuco.

Por meio destes projetos, é que foram formaram os chamados Agentes Populares que atuaram no combate à Covid 19, promovendo ações educativas que contribuíram com a compreensão da população sobre as formas de contaminação/transmissão do vírus, como cada um e cada uma poderia atuar para combatê-lo/ evitar o contágio, importância da vicana, etc. Assim como, os Agentes Populares atuaram nas comunidades promovendo a distribuição de alimentos, máscaras, sabão natural, implementando bibliotecas populares, hortas urbanas e cozinhas solidárias, dentre outras tantas ações. Suas ações perduraram no pós covid e, inclusive mais recente, atuaram no enfrentamento da epidemia de Dengue com medidas preventivas junto das comunidades.

Assim, o engajamento da Fiocruz na operacionalização do **Programa de Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde** é consequência de um percurso em desenvolvimento, o qual agora, conta com o substancial protagonismo do Ministério da Saúde, construindo novas institucionalidades

na busca de fortalecer o processo de democratização do SUS, com a participação e controle social em saúde.

O objetivo do Programa AgPopSUS é construir uma rede colaborativa com movimentos sociais populares para, por meio de cursos livres, desenvolver um processo pedagógico para a formação de Agentes de Educação Popular, junto a lideranças e ativistas comunitários que já interagem em seus territórios na busca da efetivação dos direitos da cidadania.

Este Curso foi preparado com muito cuidado e com a participação dos movimentos sociais populares, que compõem a Comissão Político-Pedagógica – a CPP.

A partir destas palavras é que reafirmamos nosso compromisso com o esforço institucional apresentado pelo Ministério da Saúde, por meio da SGTES, assim como, da Secretaria Executiva, coordenadora da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), na implementação e desenvolvimento do AgPopSUS, compreendendo o Programa como um dispositivo estratégico e inovador, que traz luz ao contexto das políticas públicas participativas e promotoras da saúde.

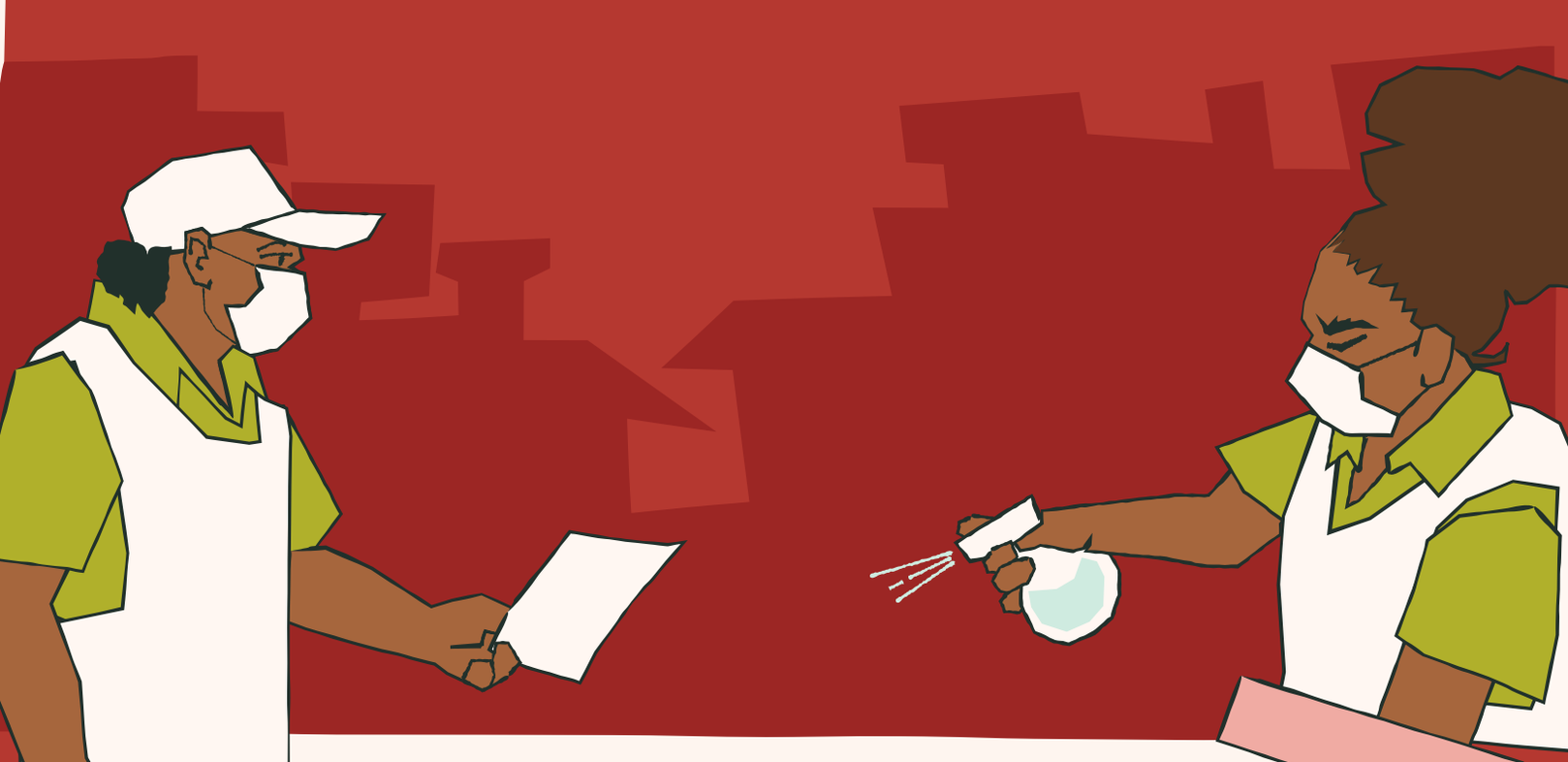
É com muita satisfação que a equipe do nosso Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde (Núcleo Angicos) da Escola de Governo da Fiocruz Brasília, em parceria com a Fiocruz Pernambuco, assume esta missão de contribuir com o MS, neste momento atual de resgate e reconstrução da PNEPS-SUS, na implementação do AgPopSUS que se revela como uma das ações de mais capilaridade e importância neste processo.

Sendo assim, saudamos e desejamos boas-vindas a todos e todas educadores(as) e educandos(as) do Programa de Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde. Desejamos que a ciranda de aprendizagem que aqui se inicia fortaleça nosso esperançar na busca da efetivação do direito à saúde, de nossa democracia e do fortalecimento do SUS.

FABIANA DAMÁSIO
Diretora da Fiocruz Brasília

OSVALDO PERALTA BONETTI
Coordenador do Núcleo Angicos da EGF

PAULETTE CAVALCANTI DE DE ALBUQUERQUE
Fiocruz Pernambuco



O SURGIMENTO DOS AGENTES POPULARES DE SAÚDE

Em 2019, o mundo todo foi surpreendido com notícias de uma nova doença que surgiu na China, atingiu milhares de pessoas e logo se espalhou pelo mundo. O primeiro caso no Brasil chegou quase na mesma época dessas notícias, e logo muitos outros casos foram atingindo todos os estados da federação e levando ao fechamento das escolas, locais de comércio e trabalho, enfim todos os locais onde se juntavam pessoas.

“Fique em casa” virou uma palavra de ordem, pronunciada muitas vezes por dia na televisão, no rádio, pelos colegas e familiares. Parecia não haver mais nada a fazer senão ficar em casa.

Para os movimentos populares e trabalhadores de alguns setores, especialmente da saúde, esta não era uma opção.

“Nós não nos conformamos em assistir o desenrolar da pandemia sem colaborar com a saúde da população – mesmo que a maioria das pessoas achasse que não ia adiantar. Havia quem entendesse que só as UTIs e os hospitais de campanha iriam resolver o problema... E havia os movimentos populares, que enxergavam a população de rua, as(os) moradoras(es) das periferias, as(os) desempregadas(os), as crianças sem escola. Trabalhadoras e trabalhadores que sabiam que não poderiam enfrentar essa situação sozinhas(os)”.

Entre março e maio de 2020, os movimentos sociais e populares mobilizaram três importantes iniciativas:

1. Estabelecimento de uma rede integrada de movimentos sociais, promovendo a cooperação e a atuação conjunta;
2. Reformulação do conceito de solidariedade, adequando-o às novas realidades e desafios contemporâneos;
3. Ampliação da disseminação de ações solidárias, com a implementação de práticas de solidariedade em diversas frentes.

Essa articulação forjou identidades comuns, o que unificou vários movimentos sociais populares e gerou várias campanhas. Duas emergiram com mais força e de forma mais articulada: em Pernambuco, a Campanha Mãos Solidárias, e, depois de algum tempo, em nível nacional, a Campanha Periferia Viva.

Reconhece-se que o conceito de solidariedade passou a ser objeto de disputa no contexto social, o que tem levado os movimentos sociais a revisarem suas concepções sobre o tema. Para esses movimentos, a elite promove uma educação voltada ao assistencialismo, o que contribui para a marginalização das camadas populares, limitando sua participação na vida democrática e sua capacidade de expressão e diálogo. Reforça-se o silenciamento do povo, mantendo-o longe da democracia, sem espaços de expressão, de participação, mergulhado no não-diálogo, alimentado por respostas mágicas para seus enormes problemas objetivos e subjetivos.

Naquele momento, entendeu-se a solidariedade de forma diferente, como uma **solidariedade ativa:** um valor organizador das práticas políticas, um pilar do projeto democrático popular que parte da defesa incondicional da vida do povo e da classe trabalhadora. Trata-se de uma dimensão do cuidado com a vida de todas as pessoas.

Sobre as **ações conjuntas**, os movimentos sociais iniciaram um processo de doações de alimentos, máscaras, *kits* de higiene e informações adequadas sobre a pandemia. Da produção de marmitas para população em situação de rua no entorno do Armazém do Campo, no município do Recife/PE, à entrega de cestas com alimentos vindos da agricultura camponesa e da Reforma Agrária em todo o Brasil, demonstrou-se que os alimentos abrem portas e produzem o encontro da comida com a panela vazia. Era muito comum naquele período dizermos: “a fome

chegou antes do vírus". Essa abertura de portas também criou oportunidades de diálogos entre os movimentos sociais populares e moradoras(es) das periferias, das áreas rurais e até a própria vizinhança nas comunidades.

Para os movimentos sociais, a palavra mais forte de meados de abril a maio de 2020 foi transição.

> ***"Precisávamos ir além da entrega de alimentos, mas ainda não sabíamos como, nem com quais ações. Desde o início, tínhamos a compreensão de que a pandemia seria longa e que teríamos de planejar o trabalho com um caráter de médio prazo, porque sabemos que não tínhamos estrutura econômica para manter a onda das doações em ritmo acelerado e crescente. Foi quando, em maio, uma das comunidades que recebiam comida pediu para aprender como se prevenir da covid-19."***

A comunidade de Peixinhos, na cidade de Olinda/PE, e depois a comunidade de Brasília Teimosa, na zona sul do Recife/PE, foram as primeiras a receber a formação de **Agentes Populares de Saúde**, como as(os) agentes foram chamadas(os) inicialmente.

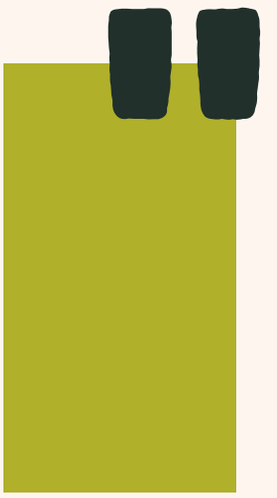
A primeira parte da formação consistia em uma demonstração prática da forma como acontece a transmissão do vírus da Covid-19, utilizando o colorau, tempero comum e barato, que era aplicado às mãos de um voluntário e "transmitido" para outras partes do corpo e para objetos tocados por este voluntário. O curso, então, já começou cativando as pessoas pela possibilidade da fácil compreensão da situação pandêmica. Nas fases seguintes da formação, o curso explicava a necessidade e o passo a passo da lavagem correta das mãos, para além de como já era feita no dia a dia; as diluições necessárias da água sanitária para a higiene doméstica e de utensílios; também era proposto um cadastro das famílias vizinhas, fazendo uma cartografia das famílias do bairro a serem atendidas pelos diversos educandos-agentes populares daquelas turmas.

No decorrer dos encontros, as informações dos cadastros das famílias eram compartilhadas e, a partir disso, realizou-se o mapeamento do perfil de saúde da comunidade, com a identificação das famílias e domicílios em

situação de maior risco. Ressalta-se que o conceito de risco foi considerado de maneira abrangente, incluindo desde situações de insegurança alimentar (fome) e necessidade de renda até a exposição a transporte público lotado, bem como a presença de idosos ou crianças no domicílio.

Identificou-se então, a necessidade de visitar as famílias em situação de maior vulnerabilidade na mesma semana. Durante as visitas, os(as) agentes deveriam reproduzir as dinâmicas do colorau, da lavagem das mãos e da diluição do cloro nas casas – tudo isso para ensinar o que haviam aprendido sobre a prevenção do vírus. A orientação era para ninguém entrar nas casas, ficando na rua para reduzir o risco de contágio.

A metodologia de formação dos Agentes Populares se espalhou pelo Brasil – porque é de fácil replicação, adaptável a diferentes contextos e concretiza a ideia de solidariedade ativa. Durante a pandemia, foram mais de 2 mil Agentes Populares formados, em pelo menos 17 estados do Brasil.



"As pessoas não eram vistas como sujeitos passivos, beneficiários apenas de uma benfeitoria. As pessoas eram vistas como sujeitos ativos, impactados pelos problemas sociais, além de parte fundamental da sua resolução. Fomos construindo, dessa forma, uma metodologia de cuidado coletivo e de organização popular para lidar com os diferentes problemas na comunidade: saúde, alimentação, educação, trabalho, direitos etc".

PAULETTE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz Pernambuco – Professora da Universidade de Pernambuco (UPE)

THAYS SANTOS CARVALHO
Diretora da Escola Nacional Paulo Freire – Membra-titular da Comissão de Articulação e Assessoramento ao processo de Fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde – Articula PNEPS-SUS

PRINCÍPIOS ÉTICOS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS O/A AGENTE COMO EDUCADOR(A)

HELENA MARIA SCHERLOWSKI LEAL DAVID

O que é ser um(a) Educador(a) Popular? A primeira questão que esta pergunta pode despertar é uma outra pergunta: **o que é ser um(a) educador(a) não popular?** Creio que, para essa pergunta, a resposta é mais fácil: é aquele(a) educador(a) que não considera as diversidades de cultura e modos de viver, que deseja impor uma forma de ver o mundo, que se fecha para o diálogo, que parte do princípio de que sempre está certo. Alguém que não constrói com suas/seus educandas(os), apenas apresenta e suas ideias, esperando que sejam absorvidas sem crítica, como se fossem uma esponja.

É preciso que o(a) educador(a) popular seja alguém que esteja desperto(a) e atento(a) para as pessoas que estão ali, e deseje estabelecer comunhões de escuta, pensamentos, ideias, esperanças. Por isso, esse(a) educador(a) sempre recomeça seu trabalho educativo a cada encontro – mas isso não significa jogar fora os acúmulos anteriores e as histórias de vida. É esse o sentido do "inacabamento" de que nos falava Paulo Freire. Estamos falando do(a) educador(a) popular – e a palavra "popular" precisa ser um ponto de reflexão, pois tampouco está pronta e definida. "Popular" quer indicar um tipo de aliança especial com o povo, que implica em um olhar inclusivo e uma escuta radical. Radicalizar na escuta é propor uma "escuta raiz" – ouvir, refletir, compreender. E aprender com essa escuta.

No Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS) há a intencionalidade de construir uma caminhada junto com pessoas de movimentos sociais e comunidades envolvidas em projetos sociais. Essa caminhada tem um sentido e uma direção: rumo a uma sociedade de justiça social, onde as cidadãs e cidadãos sejam iguais nos direitos e diferentes em suas identidades e formas de ver o mundo, iguais nos direitos e diferentes nas nossas identidades e formas de ver o mundo. É algo utópico? Sim, pois precisamos de utopia e sonho para a caminhada. É algo impossível? Difícil, talvez, mas impossível, não.

A caminhada se faz num caminho cujos contornos, dificuldades, sombras e alegrias só aparecem quando somos um coletivo em marcha, e o caminho vai se fazendo a cada passo. Para isso, as(os) Agentes Educadoras e Educadores Populares irão, com cuidado e respeito, conhecendo cada pessoa e provocando o coletivo a pensar nos melhores jeitos de enfrentar problemas que estejam afetando suas vidas. A resposta educativa não se dirige do mesmo modo a todos os problemas e questões levantados pelo coletivo – algumas situações exigem mobilização e ação imediata da comunidade. O/A Agente Educador(a) pode ser uma referência importante para ajudar o coletivo a escolher as estratégias melhores e possíveis.

Ser uma ou um Agente Educador(a) Popular é ser alguém que age e educa com o povo, se alinha às lutas populares e constrói com o povo novos horizontes. Isto implica em despir-se de ideias preconcebidas e buscar olhar as pessoas como elas são, com suas fragilidades e fortalezas. E é com essas fortalezas que se pretende construir novos jeitos de estar no mundo.

Alguns pontos para parar e pensar:

Situações-limite são aquelas que emperram a vida, e não tem resposta pronta para elas – São parte do cotidiano e expressam as contradições e lutas que os grupos populares enfrentam historicamente para a conquista de uma ordem social justa e igualitária entre homens e mulheres. Não dizem respeito apenas a problemas pessoais, e geralmente, referem-se a processos ocultos; a realidade das questões de saúde é sempre complexa, por isso é necessário dialogar e questionar:: “O que é que está na raiz ou por detrás desta situação?”; “Como esta situação pode ser coletivamente explicada?”

Perguntas já apontam para o inédito-viável – Algumas perguntas realizadas em coletivo são grávidas de respostas e já vão gerando respostas ou outras perguntas, muitas vezes, ao mesmo tempo; uma resposta trazida por um educando ou uma educanda vai se juntando a outras, e todas vão se modificando; por isso, aquela ideia inicial que cada um(a) tinha geralmente está modificada pelo coletivo depois de um tempo de debate. Este processo de **explicação coletiva** já vai construindo um **conhecimento compartilhado**, na medida em que os sujeitos, ao participarem, vão também mudando e aprofundando sua forma de ver a questão em debate; é importante que isto aconteça de forma respeitosa e solidária, com escuta atenta e sem tomar conta da palavra;

Sistematizar – o registro das propostas também não deve ser esquecido – é necessário anotar, não confiar na memória apenas; valorizar, ainda, os registros feitos por todas as pessoas participantes, registrar as avaliações do processo para que o caminho possa ainda ser trilhado muitas vezes. O registro pode ser através de diferentes linguagens e formas de expressão – é o exercício da arte e criatividade, da memória e sistematização expressas nas poesias, cordéis, músicas, *blogs*, performances, murais, fotografias, vídeos etc.

Considera-se que esta caminhada é como **um pano bordado** – tem uma hora que acaba, mas não acaba de todo. Porque o caminho na direção de uma sociedade justa, onde a saúde seja de todos, é longo, e apenas começa; e cada ponto bordado deixado vai ajudar a construir o belo futuro que sonhamos!

DE QUAL EDUCAÇÃO ESTAMOS FALANDO? CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE EDUCAÇÃO POPULAR

Educação é maior que escola. Ela acontece na família, na escola, nos demais espaços de socialização. A gente aprende através do exemplo e com o que escutamos e compreendemos.

Educação é a arte de formar o ser humano. Nascemos "bixim" e, através das relações em sociedade, vamos nos humanizando (ou desumanizando). Este é um processo que dura a vida toda e só o interrompemos ao morrer, pois ele não tem fim.

A educação visa à humanização e isto passa pela leitura e compreensão do mundo, pela participação, pela emancipação, pela conquista dos direitos e, em última análise, pela transformação da sociedade.

Costuma-se dizer que educadores(as) são sujeitos da educação e, ao mesmo tempo, que educandos(as) também são sujeitos da educação: ambos(as) aprendem e ensinam. Então, qual seria o objeto da educação? Para conseguirmos enfrentar o desafio de superar uma relação vertical e vivenciar uma relação horizontal, faz-se necessário rever as pessoas como seres sociais, revisitar nossa própria história, origens, condições econômicas, sociais, educacionais e culturais. Esse mergulho é para compreendermos: como chegamos a ser o que somos? Como fomos aprendendo a repetir

as lógicas verticais nas relações que temos? Desse modo, compreendendo desde nós mesmas(os), podemos mudar e refletir sobre a lógica relacional horizontal.

O QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO POPULAR

O pano de fundo da Educação Popular é a divisão da sociedade em classes: há os donos do capital (minoria) e há os que procuram vender a sua força de trabalho ou os seus serviços. No fundo, a divisão está entre quem decide e quem executa. Quem atua na Educação Popular faz uma aposta no saber do povo e no poder do povo, o que implica em ação organizada, mas faz isto sem cair no basismo (tomar qualquer decisão sob consulta aos grupos de base).

Educação Popular é o povo educando, e não educar o povo. É a capacidade de entender o que está acontecendo no presente, o que conduz a estes acontecimentos, e o que aconteceu antes que levou até o momento atual (história). É saber ler a realidade na sua atualidade (contradições e forças sociais) e ser capaz de propor ações para alterar, em parte, esta realidade (conquistar direitos, fazer reformas) e a se organizar para lutar para a transformação com vistas a uma sociedade democrática e de justiça social.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO

O analfabetismo é uma dívida histórica do Brasil para com o seu povo. Nos quase 400 anos de escravidão, onde as pessoas escravizadas não eram consideradas nem gente, imagina poderem ser alfabetizadas. O país entrou no século XX com mais de 80% da população mergulhada no analfabetismo e, antigamente, só as pessoas alfabetizadas podiam votar. Por volta da década de 1950, com força na ideia de que o Brasil iria cada vez mais se desenvolver, era preciso avançar na democracia e, para o povo participar da política, teria de se alfabetizar. É nesse contexto que Paulo Freire surge como um agente alfabetizador, educador, desse esforço concentrado em diferentes instituições.

A pessoa analfabeta é aquela que não consegue ler e nem registrar (escrever) e tem dificuldade em fazer contas matemáticas no papel. A dificuldade maior é saber o que as outras pessoas registraram, em suportes como textos, jornais, livros, cartilhas e bilhetes. Mas não basta apenas balbuciar as

sílabas, também é preciso entender o que se está lendo.
Alfabetização é um processo de formar pessoas para compreender e utilizar uma determinada linguagem a partir da realidade do seu território.

Numa sociedade democrática, todas as pessoas precisam ter acesso ao conhecimento. E todas podem aprender, independentemente da idade. Só fica fora quem acredita que não tem necessidade disso.

Para a luta social avançar, é importante que todas as pessoas participantes sejam alfabetizadas e tenham uma boa capacidade de leitura, de entendimento e de interpretação. Mas não basta ler os materiais escritos. **É necessário também aprender a ler o mundo para poder transformá-lo.**

COMO ORGANIZAMOS O CURSO?

PAULETTE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

A Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde (*AgPopSUS*) nasceu das experiências de **Agentes Populares de Saúde** durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, como descobrimos nos textos acima. A formação surgiu da necessidade de implementar ações educativas no SUS, ampliando a participação social ativa e a defesa do sistema de saúde universal. É voltado às pessoas que já atuam em suas comunidades, ajudando a vizinhança, organizando reivindicações, buscando defender os direitos sociais - em especial o da saúde.

PEDAGOGIA

Este curso está baseado na Pedagogia da Alternância, compreendida no **Tempo Escola** e **Tempo Comunidade**, partindo do saber que as(os) educandas(os) possuem, de suas experiências de vida, para refletir e construir novos conhecimentos.

Durante o **Tempo Escola**, haverá espaço para o levantamento do conhecimento prévio da/o educanda/o, para leitura de textos escritos especificamente para este curso, de vivências, experimentações e sistematização dos aprendizados do dia. Os Tempos-Escola são de **8 horas**, durante um dia todo, com almoço coletivo e lanches. Serão desenvolvidos em espaços comunitários ou escolas – para estar mais próximo à realidade e ao dia a dia de todas(os).

No final de cada Tempo Escola serão orientadas as atividades para o **Tempo Comunidade**, com duração de 15 a 30 dias. Nele, as(os) educandas(os) irão colocar em prática o que partilharam e aprenderam: levantando questões junto às suas comunidades para elaboração do **plano de ação**, visitando lugares e pessoas, identificando pontos de risco e, por fim, atuando como Agentes em seus territórios.

DURANTE O CURSO

Para desenvolver as atividades do curso, as educandas e educandos estarão divididos em Núcleos de Base, os **NBs** – formados por pequenos grupos dentro das turmas, com cerca de 5 pessoas que se comprometem a atuar em equipe, cuidar umas das outras, se cuidar e desenvolver um plano de ação conjunto para a melhoria das condições de vida e de saúde do seu território.

No **Tempo Escola**, a organização das atividades acontece em 8 momentos: mística, acolhimento, levantamento do conhecimento prévio, tempo-leitura, debate e reflexão, sistematização, avaliação e mística de encerramento. Os NBs vão participar, em revezamento, da organização do dia, das místicas, além da participação nas atividades.

No **Tempo Comunidade** também será estimulado que as(os) educandas(os) realizem tempo-leitura e tempo-cuidado consigo mesma(o) com o grupo de colegas, façam reunião dos NBs, e coloquem em prática as ações previstas ou planejadas.

Cada NB precisa escolher, entre suas/seus componentes, um(a) coordenador(a), um(a) relator(a), um(a) responsável pela saúde, outro(a) pela educação e outra pessoa responsável pela cultura. Estas funções também devem acontecer em revezamento, para que todas(os) experimentem os diversos fazeres. Propõe-se um pacto de cuidado dentro do NB, para que ninguém esmoreça. Os NBs devem constituir uma identidade própria com um nome e algum símbolo que identifique suas/seus componentes.

Todas(os) as(os) educandas(os) receberão um caderno para registrar cada dia, organizando-o como um diário. Essa ação ajuda a organizar as ideias, consolidar os aprendizados, planejar o dia seguinte, registrar pensamentos, experimentar escritos pessoais e até produções artísticas, como poesias, paródias, versos de cordel, entre outras.

ORIENTAÇÕES PARA O TEMPO COMUNIDADE

É necessário realizar: o levantamento de informações sobre a comunidade; entrevistas com moradoras(es) antigas(os) ou que conheçam a história da comunidade; a elaboração de mapa falado; a identificação de pontos ou situações de risco para a saúde; vivências nas unidades do SUS; a priorização

de problemas em grupo; o planejamento de ações, entre outras. Em cada **Tempo Escola** seguinte ao **Tempo Comunidade**, os NBs apresentarão os trabalhos realizados.

PLANO DE AÇÃO

O plano de ação será elaborado desde o primeiro **Tempo Escola** e deverá partir da realidade das/dos educandas(os) para propor a solução de problemas comunitários. É importante que cada um/a atue na própria comunidade onde mora e, se isso não for possível, se associe a outras(os) educandas(os) que atuam em suas comunidades, formando grupos. Os grupos podem ser os mesmos dos NBs ou não, dependendo dos locais de atuação de todas(os).

O plano de ação deve ser composto por um diagnóstico inicial, onde deverá conter a análise da situação, deverá ser indicada a priorização de problemas, realizada a escolha do problema a ser enfrentado, assim como a elaboração de ações com responsáveis e tempo previsto para cada ação. O plano de ação será o trabalho final do curso e precisa ser realmente colocado em prática por todas(os) as(os) envolvidas(os), além de outras pessoas da comunidade. Propõe-se que tenham resultados concretos, como, por exemplo, a construção de um conselho local de saúde ou um comitê em Defesa do SUS.

Após o sexto **Tempo Escola**, as(os) Agentes de Educação Popular em Saúde estarão em ação e apresentarão os resultados de seus trabalhos em uma **Mostra Estadual de trabalhos do AgPopSUS**, a ser viabilizada com o esforço de todas(os). As apresentações na Mostra serão organizadas por turma – cada uma precisa ter um nome que a identifique.

ESPERAMOS QUE VOCÊS GOSTEM DESSE FORMATO DE CURSO E QUE TODAS(OS) APROVEITEM BEM O AGPOPSUS!

O QUE É MÍSTICA?

DAYANE STEFANY DOS SANTOS

A mística é uma atividade vivenciada por vários movimentos sociais populares, com base em experiências compostas de reflexões políticas e afetivas das lutas sociais, caracterizada pela implementação de atividades cênicas com a finalidade de representar a luta, a prática militante e a história conhecida e vivida (BARBOSA, 2019, p. 10-11). A simbologia da mística pode ser enunciada e sentida como força motivadora para as atividades do dia e dos dias; sendo assim, as encenações e representações simbólicas constituem uma das faces do que é a mística.

SÃO ELEMENTOS SIMBÓLICOS UTILIZADOS NA MÍSTICA: ELEMENTOS DA NATUREZA, COMO FLORES, PLANTAS OU ÁRVORES, QUE REPRESENTAM CRESCIMENTO, RENOVAÇÃO OU A CONEXÃO DO MOVIMENTO; BANDEIRAS; REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E TEATRAIS OU ENCENAÇÕES QUE RECRIAM EVENTOS HISTÓRICOS, NARRATIVAS DE LUTA; CÂNTICOS, GESTOS, ENTRE OUTROS.

A mística desempenha papel fundamental nos espaços políticos, proporcionando uma dimensão simbólica e emocional que vai além da análise e discussão puramente intelectual. Integrada de forma efetiva às lutas dos movimentos, a mística é incorporada como ferramenta estratégica para fortalecer a coesão, a identidade e a motivação das(os) participantes através de espaços de mobilizações que acontecem antes de atividades.

Utiliza-se, dentro desses espaços, a criação coletiva de uma mandala, que é um elemento potente e místico – acrescentando uma dimensão visual e simbólica única. Ao incorporar diferentes núcleos, padrões ou elementos culturais na mandala, é possível representar a diversidade dentro da turma,

dos movimentos sociais envolvidos, tornando símbolo de inclusão e destacando a riqueza que surge da variedade de perspectivas e experiências. Esses elementos, quando combinados, criam uma experiência rica e simbólica que fortalece a identidade, a coesão e a motivação dentro do espaço.

> **A mística vai muito além de uma encenação (BOGO, 2010, p. 1). Ela é a motivação que nos faz viver a causa. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não, quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar coisas que façam a luta ser vitoriosa.**



Ao início e ao final de uma atividade, a mística pode desempenhar papel fundamental na construção do coletivo, motivando ações, comunicando mensagens de maneira impactante e contribuindo para a eficácia e a longevidade do movimento.

A mística é, também, o otimismo e a gana que nascem da indignação contra todas as formas de injustiças e da perspectiva real de construir uma nova sociedade. Diante disso, a mística não pode ser pensada como simples animação ou dinâmica de grupo, deve ser usufruída como injeção de ânimo que tem base concreta e que dá garra e ousadia para lutar (PELOSO, 1994, p. 5).

Diferentemente de outras formas de conhecimento, a mística potencializa em suas narrativas, muitas vezes poéticas, um sentido esclarecedor da realidade histórica, cristalizando e evidenciando em suas apresentações as principais contradições do sistema capitalista. Portanto, a mística pode apresentar estruturas concretas de uma luta interessada em construir uma organização consciente do papel político místico.

> **Evidenciando a atual conjuntura social, é essencial a compreensão da intencionalidade da mística dentro dos espaços políticos e atividades coletivas como expressão da luta e estruturação de uma ferramenta para transformação social.**



SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO.

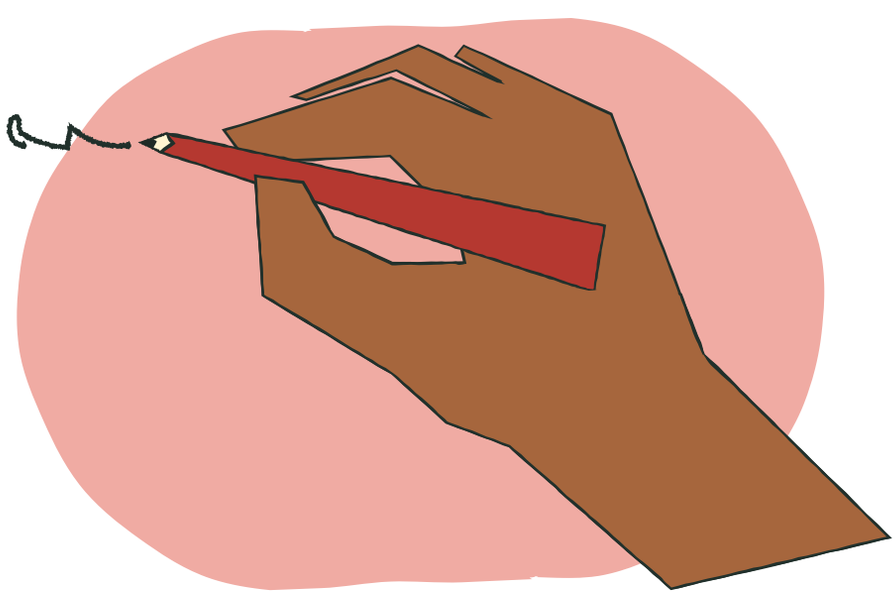
IARA DUARTE LINS
Integrante do Programa Latino Americano de apoio a sistematização do CEAAL
Coordenadora Geral de Educação Popular da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

Você já ouviu falar em sistematização? Use as linhas a seguir para escrever o que é sistematizar para você:

DE QUAL SISTEMATIZAÇÃO ESTAMOS FALANDO?

Falamos de uma concepção de sistematização que se fundamenta em uma proposta teórica e pedagógica da Educação Popular e, portanto, está mediada pelo diálogo e construção coletiva do conhecimento. A sistematização possibilita ao sujeito a experiência de refletir sobre a prática, identificar limites e possibilidades, fortalecer as capacidades individuais e coletivas, aprender novos conhecimentos, documentar a experiência, propor mudanças, rupturas e reorientações, além de elaborar materiais e produtos comunicativos.

SISTEMATIZA QUEM VIVENCIA A EXPERIÊNCIA. ENTÃO, AS(OS) EDUCANDAS(OS) TÊM LEGITIMIDADE PARA FALAR SOBRE O PROCESSO VIVIDO. UM(A) FACILITADOR(A) EXTERNO(A) PODE AJUDAR NO PROCESSO.



Vamos apresentar os conceitos do educador Oscar Jara e da educadora Elza Falkembach, mas não se esqueça: existem muitas outras formulações, porque esse é um conceito em construção.

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vividos: os diversos fatores que intervieram, como se relacionam entre si e por quê o fizeram desse modo.

A sistematização das experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro como uma perspectiva transformadora.

OSCAR JARA



A sistematização é uma arte de ampliar cabeças e de autorizar corpos a expressar necessidades, expectativas e vontades - movimento que solidifica os nexos entre reflexão e ação, teoria e prática; que cria identificações e dá sentido às vidas humanas.

ELZA FALKEMBACH

PARA QUE SISTEMATIZAR?

A sistematização de experiências pela Educação Popular está na pauta dos movimentos sociais populares e sindicais no nosso continente latino-americano desde o século passado. É necessário sensibilizar e reforçar a importância para essas organizações em sistematizar suas práticas. Por meio da sistematização, é possível:

1. Formar sujeitos de pensamento e ação, que fazem de suas práticas oportunidade de estar no mundo de forma reflexiva e propositiva;

2. Favorecer o diálogo entre os sujeitos, apontando para a intencionalidade de gerar subsídios para mudanças nas práticas cotidianas;

3. Compreender profundamente as experiências para saber no que é possível melhorá-las;

4. Contribuir com a reflexão teórica surgida das experiências;

5. Produzir conhecimento coletivo;

6. Retroalimentar orientações e diretrizes de projetos ou instituições;

7. Fortalecer a identidade coletiva de uma instituição;

8. Trocar e compartilhar aprendizagens com outras experiências.

COMO SISTEMATIZAR?

Existem várias propostas metodológicas de como realizar uma sistematização de experiências, conforme diferentes autoras/es da América Latina. Apresentaremos a seguir a **proposta em cinco tempos**, elaborada pelo sociólogo e educador popular peruano-costa-riquenho Oscar Jara. Esta não é, contudo, uma proposta definitiva. A intenção é que cada coletivo crie sua proposta metodológica, levando em consideração suas realidades.

PROPOSTA METODOLÓGICA EM 5 TEMPOS:

1. O PONTO DE PARTIDA: a experiência
Ter participado da experiência
Contar com o registro da experiência

2. FORMULAR UM PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO
Definir o objetivo – para que queremos sistematizar?
Delimitar o objeto – que experiência queremos sistematizar?
Eixo da Sistematização – que aspectos centrais interessam mais?
Que fonte de informações temos e precisamos?
Que procedimentos vamos adotar e em que momentos?

3. A RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO
Reconstruir a história da experiência
Ordenar e classificar a informação

4. AS REFLEXÕES DE FUNDO
Processos de análise e síntese
Interpretação crítica

5. OS PONTOS DE CHEGADA
Formular conclusões, recomendações e propostas
Definir estratégias para comunicar as aprendizagens e as projeções
Não ficar limitado a um produto final

Depois dessa leitura, o que você acrescentaria na sua definição inicial sobre o que é sistematização?

SOLIDARIEDADE ATIVA

PRODUÇÃO COLETIVA DA CAMPANHA NACIONAL PERIFERIA VIVA

SOLIDARIEDADE É FAZER JUNTO, É SE RECONHECER NO OUTRO, NA MEMÓRIA COLETIVA, NA NOSSA COMUNIDADE.
E O QUE É COMUNIDADE, SENÃO COMUM UNIDADE?

Diante da realidade de exploração das/dos trabalhadoras/es e da expropriação da natureza pelo capital, bem como da subjetividade neoliberal que domina a sociedade neste tempo histórico, o projeto emancipatório de fortalecimento de vínculos, construção de afetos, cooperação no trabalho e de relações sociais justas só são possíveis com a vivência da **solidariedade**. É um princípio delineado pela própria (r)existência. Portanto, só é possível sua construção a partir do alinhamento entre a prática e a teoria no coletivo.



A expressão r-existência, difundida por Porto-Gonçalves (2006, p. 165), aponta que a colonialidade entrelaça matrizes de racionalidade subalternizadas que tanto resistem quanto r-existem desde o estabelecimento do mundo moderno-colonial; ou seja, agem tanto na reação reflexa a uma ação anterior (resistência), quanto numa forma de existir ancorada numa "determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como

epistêmico” (r-existência). Ressalta-se que a luta dos povos e comunidades dissidentes, pelo seu modo de viver e existir, dá-se enquanto uma ação insurgente diante do momento que “se viram em grande parte forçadas a viverem como populações pobres das periferias urbanas em habitações subumanas paradoxalmente mais suscetíveis a situação de riscos ambientais do que quando estavam nas áreas rurais, nos campos e nas florestas” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.39).

A história do Brasil apresenta diversos exemplos de ações solidárias comprometidas com a transformação social de seu povo. As mulheres camponesas e suas formas coletivas de vivenciar a realidade, dividindo o pão e o alimento, cuidando da criançada, fazendo xarope para quem fica gripado, são um exemplo. São essas mulheres que constroem formas solidárias de trabalho que inspiram a seguir “fazendo junto” e valorizando o que importa na sociedade. A pandemia de Covid-19 mostrou que o cuidado é necessário para a humanidade, então, deve ser reconhecido e garantido enquanto direito. Ou seja, os cuidados baseados na solidariedade, realizados principalmente pelas mulheres, são transformadores. É ação na transformação do mundo que envolve pensar, planejar, executar e avaliar.

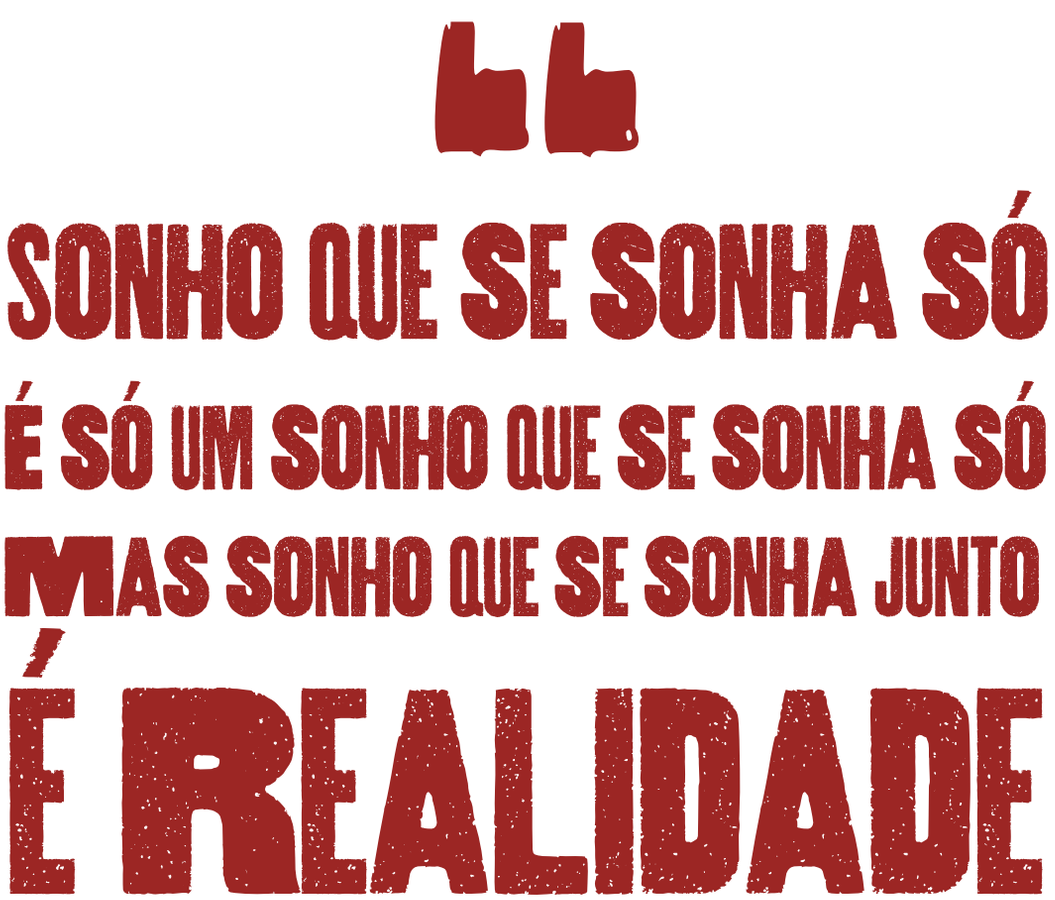
Os exemplos históricos apontam a necessidade da organização e de trabalhos coletivos em que se possibilite a vivência de princípios humanos e justos. Por isso, em momentos tão difíceis nos quais imperam a fome, as tristezas, a ansiedade e as violências, vale pensar e construir ações solidárias em que as pessoas que as protagonizam possam se colocar umas no lugar das outras, sentir suas dores, tomar para si suas lutas e lutar junto. Além disso, também comemorar junto, socializar sorrisos e alegrias a cada conquista e realização coletiva. E construir com a(o) outra(o) as saídas coletivas.

Solidariedade é socialização do que temos, no seu sentido mais amplo, não doando o que nos sobra, mas partilhando. É o que nos faz crescer junto!



Importa considerar que a estrutura social e a realidade subalterna em que vivem os povos e comunidades dissidentes, sugere que a realidade não é tão livre e, por ser desigual e iníqua, não produz oportunidades para todas as pessoas da mesma maneira. Espera-se que isso seja visto ao longo dos encontros desse curso.

Por isso, a solidariedade é essa possibilidade de nos defrontarmos com essa realidade e fazermos de forma diversa, sonharmos, lutarmos, nos indignarmos e isso só se torna possível se for coletivamente. Considerando todos os sujeitos e a natureza, a partir dos biomas e da diversidade: construindo o movimento vivo da realidade "com pedras, noites e poemas", como já dizia o poeta Leminski.



A CIRANDA INFANTIL E O APRENDER BRINCANDO

JOSELEIDE LINS DA SILVA
ALESSANDRA MARIA DA CONCEIÇÃO

A ciranda infantil é um espaço de acolhimento e desenvolvimento cultural e sociopedagógico de crianças. Além do acolhimento das crianças, a ciranda infantil é uma estratégia de participação de mulheres nas formações e discussões políticas de Educação Popular.

Para acontecer, a ciranda precisa de um lugar, podendo ser diversos espaços, como: salas, embaixo de árvores, em becos ou em qualquer outro espaço físico onde se promova o acolhimento de crianças com a promoção de diálogos e incentivo ao empoderamento das(os) pequenas(os) em processos socioeducacionais, além de momentos de valorização da cultura local e de reconhecimento das identidades.

Esses espaços precisam ser permeados com os objetivos que vão desde a socialização, recreação e lazer, até a construções de cuidados e respeitos. A pessoa educadora responsável pela ciranda infantil precisa estar sempre atenta a possíveis situações de riscos e vulnerabilidades, a fim de gerar espaços mais acolhedores e seguros para a socialização das crianças.

POR QUE OS ESPAÇOS PRECISAM DE UMA CIRANDA INFANTIL?

Além do desenvolvimento multifacetado das crianças, um dos objetivos da ciranda é possibilitar a presença das mulheres, sejam elas mães, irmãs, tias, avós ou cuidadoras de crianças, em espaços de participação educacional, política e coletiva – como formações, diálogos e construções de melhorias da vida em sociedade.

A população brasileira é constituída majoritariamente por mulheres. No entanto, as representações em espaços políticos e acadêmicos são masculinos

e compostos, em sua maioria, por homens. Assim, é necessário criar estratégias para garantir às mulheres a participação e construção de conhecimento em suas múltiplas realidades.



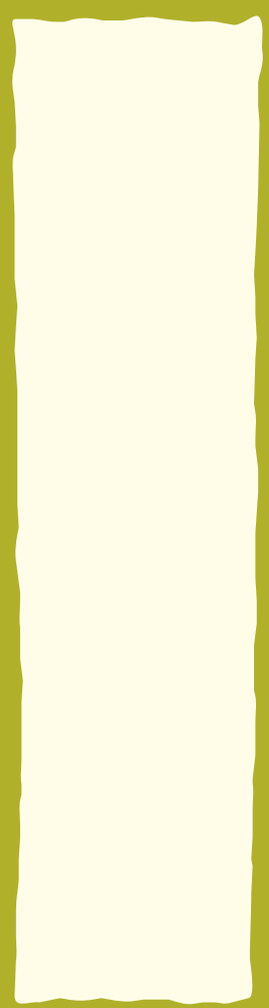
COMO ORGANIZAR UMA CIRANDA INFANTIL?

A ciranda se faz a partir de demandas concretas, **levantando quantitativos de crianças e idades**, pensando em quais pessoas podem assumir, ficar à frente do espaço e do processo, observando a proporção de 6 crianças para 1 pessoa e, no máximo, 10 crianças por pessoa, considerando idade e demandas específicas de cada criança. A ciranda deve funcionar só nas horas de estudos teóricos ou práticos, dissolvendo-se nas refeições e tarefas práticas de cada NB, voltando os cuidados para suas(seus) respectivas(os) responsáveis.

Como se trata de crianças, é importante **utilizar materiais criativos**, brincadeiras, músicas, desafios, gincanas, conhecimentos, montar apresentações e pesquisas entre elas. Se possível, utilizar cores, criatividade, contação de histórias, dialogar sobre direitos e deveres das crianças. As possibilidades são infinitas, devendo-se, na medida do possível, fazer agrupamentos menores para propiciar o diálogo e o cuidado entre as crianças, assim como processos de socialização e apresentações em conjunto. Importante ouvir o que elas demandam e colocar as possibilidades para que criem as escolhas mais coletivas possíveis.

Ter paciência, gostar e entender alguns processos da Educação Popular será importante para quem deseja estar à frente, mas mesmo sem as habilidades e técnicas, as possibilidades são de construções a partir do fazimento.

EIXO TEMÁTICO



EIXO TEMÁTICO I:
EDUCAÇÃO POPULAR E O QUE É SER AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Objetivo geral: Construir uma concepção coletiva sobre o que é ser Agente de Educação Popular em Saúde (AgPopSUS).

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
O que é ser agente?	Discutir o que é ser agente, dificuldades e potencialidades;	Definições de agentes já existentes; O(a) Agente de Educação Popular em Saúde;
Educação Popular	Conhecer a proposta da Educação Popular e sua aplicação na saúde;	Educação Popular (o que é educação popular em saúde; trabalho de base ou enraizamento do trabalho no território após o curso);
Papel do(da) Agente	Construir o papel do/da agente de Educação Popular em Saúde.	Experiências de agentes já existentes.



TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	30 min
O que já sabemos sobre o tema	60 min
Sistematização do conhecimento	180 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada

PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTES MATERIAIS:

1 caixa de som
1 mural com 4 folhas de papel kraft ou pardo na parede
50 pedaços de cartolina em branco (tarjetas prontas 21x10 cm ou cortada)
1 unidade de fita, cola ou cola spray própria para tarjetas
10 lápis coloridos do tipo piloto

PRIMEIRO MOMENTO: QUEM SOMOS NÓS? NOS CONHECENDO COMO GRUPO E CONHECENDO O CURSO





CANÇÃO DA TERRA
O TEATRO MÁGICO

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria, o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome e o lugar
Era Terra, Terra, Terra, Terra
E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra, Terra, Terra, Terra
Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos

O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À Terra, Terra, Terra, Terra
Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À Terra, Terra, Terra, Terra, Terra
Terra, Terra, Terra, Terra, Terra...

Compositores: Pedro Munhoz Barbosa Filho

PARA O(A) EDUCADOR(A):

Convide alguém para fazer a abertura das atividades e explicar sobre como será desenvolvido o curso e o projeto. Essa pessoa pode ser alguém da coordenação estadual do programa AgPopSUS, por exemplo.

Para as boas-vindas, utilizar a dinâmica da história dos nomes:

1. Organize as(os) participantes sentadas(os) em círculo;

2. Convide cada pessoa a falar seu nome e a contar a história do seu nome;

3. Incentive todas as pessoas a falarem (isso pode ser feito primeiro pelo(a) educador(a), para que todo mundo entenda a dinâmica);

4. Levante perguntas como: onde nasceu? quem escolheu o seu nome? qual o significado desse nome? vem de alguma música, artista ou livro? conhece outras pessoas com o mesmo nome que o seu?

É feito isto até o final da roda, com a finalidade de “quebrar o gelo”.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

Reservar um tempo para a explicação sobre a dinâmica interna de funcionamento da turma durante o curso - fazer um pacto de convivência, explicar o que é Mística, Tempo Escola, Tempo Comunidade, sistematização, o que é o Núcleo de Base (NB), organização das tarefas e das atividades, sugerir criação de nome para a turma e para os NBs; criar a identidade do NB. Não precisa ser um só momento, pode dividir em várias ocasiões.

SEGUNDO MOMENTO: QUEM É E O QUE FAZ UM/A AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE?



1. O(a) educador(a) deve fazer a pergunta: ***"O que vocês acham que devem fazer as(os) Agentes de Educação Popular em Saúde"?*** e conduzir a discussão entre as(os) participantes, explorando a relação com a comunidade e a história de atuação dos movimentos.

Não esqueça: é necessário **anotar as palavras-chave** que surjam das respostas em um **mural de papel**, que deverá estar montado na parede.

2. Agora que você, educador(a), já levantou a compreensão prévia do grupo, vamos discutir o que as(os) Agentes podem fazer?

Distribua tarjetas para que todas(os) as(os) educandas(os) possam escrever nelas as possibilidades de ações das(os) Agentes que elas/es acreditam. As palavras ou frases das tarjetas serão lidas pelo(a) educador(a) e, se for de consenso do grupo, coladas no mural de papel, formando um cartaz – que deve permanecer todo o curso na parede da sala;

Recorte as frases a seguir e distribua as tiras de papel entre as(os) educandas(os). Perguntar o que cada um/a acha do texto na tarjeta em comparação com como ele/a vê as ações do(a) Agente de Educação Popular em Saúde na sua comunidade, fazendo a discussão entre o que achavam que era antes e depois de lerem as tarjetas.

IMPORTANTE: TODOS OS SABERES E NÍVEIS DE LEITURA DOS(AS) EDUCANDAS(OS) PRECISAM SER RESPEITADOS. O(A) EDUCADOR(A) DEVE ESTAR ATENTO(A) PARA A PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO DE TODAS AS PESSOAS DO GRUPO.

Seguem as possibilidades de ações dos(as) Agentes de Educação Popular em Saúde , os AgPopSUS:

1	Saber como estão as pessoas da sua rua, passando casa a casa ou conversando em outros locais de convívio comunitário;
2	Conhecer as demandas e necessidades da comunidade quanto às condições de saúde, acesso à alimentação e água, trabalho, renda, transporte, saneamento, rede do SUS, e condições de moradia;
3	Identificar e mapear os recursos e saberes comunitários de saúde, como: pessoas que desenvolvem práticas populares, erveiras, rezadeiras, parteiras, igrejas, escolas, terreiros, grupos e coletivos culturais etc;
4	Mobilizar as pessoas da comunidade quanto aos cuidados com a saúde articulando com a rede do SUS, em parceria com as(os) Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
5	Distribuir material de informação, produzir e divulgar em programas de rádio comunitária, lives, com informações confiáveis, quando possível, em parceria com as Unidades de Saúde da Família, Organizações da Sociedade Civil e Centros de Referência de Assistência Social;
6	Promover ações em defesa da ciência, dos saberes tradicionais e populares, da diversidade, equidade e combate às notícias falsas (*fake news*);
7	Mobilizar e organizar a comunidade para garantia de direitos sociais, por meio do incentivo à participação popular e o controle social, nos conselhos locais, nos conselhos municipais, conferências, assembleias e câmaras legislativas, entre outras;
8	Ajudar a organizar iniciativas de combate à fome, tais como bancos de alimentos populares, hortas agroecológicas e cozinhas solidárias no território, dentre outras, articulando com políticas redistributivas;
9	Compor ações solidárias em situações de emergência sanitária, ambiental e social;
10	Desenvolver plano de ação coletivo a partir do levantamento das demandas e necessidades da comunidade;
11	Incentivar e valorizar as práticas tradicionais e populares de cuidados, a comunicação e a educação popular em saúde;
12	Animar e apoiar iniciativas de promoção da saúde, vigilância popular e desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis;
13	Propor e contribuir em formações e vivências com base nas políticas nacionais de educação popular, educação permanente e de promoção da equidade com lideranças comunitárias e atores e atrizes dos movimentos sociais populares;
14	Estimular o protagonismo e a participação das juventudes, das mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, populações periféricas, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência nas ações desenvolvidas nos territórios.

TERCEIRO MOMENTO: LEITURA COLETIVA



O/A educador(a) deve dividir a turma nos NBs para o momento de leitura coletiva. Educadores/as devem pedir para os(as) educandos(as) voltarem na introdução e ler o texto “O Agente como educador”, na pág. 20.

1. Nos grupos, cada educando(a) escuta e acompanha a leitura, anotando no caderno o que não compreender.

2. Discutir no NB o conteúdo do texto e comparar com o cartaz feito pela turma. E analisar: vamos propor mudanças após a leitura do texto? Cada grupo deve se preparar para apresentar a discussão para a turma inteira.

QUARTO MOMENTO: COMO FAZER O TRABALHO PAUTADO NA EDUCAÇÃO POPULAR?





Se o momento acontecer após o almoço, faça uma dinâmica para que todas as pessoas presentes possam despertar

Sugestões: algum movimento físico, exercício, dança circular, alongamento, cantoria de músicas do seu movimento popular e da sua região etc.



Continuando as atividades, sugira que as(os) educandas(os) retirem das tarjetas presentes no mural palavras que representem EDUCAÇÃO POPULAR. Estas palavras soltas devem ser colocadas em outro mural, em que vai estar escrito: “Educação Popular em Saúde”. O(a) educador(a) pergunta se foi suficiente ou se querem acrescentar mais palavras que representem a Educação Popular EM SAÚDE. O objetivo é apontar especificidades das duas perspectivas e promover uma pequena discussão sobre o exercício.

Partir para a leitura do texto “O(a) Agente como educador(a) popular”, na pág. 53 .Ler o texto em voz alta na turma e com cada educanda/o lendo um ou dois parágrafos, de forma voluntária. Tirar as dúvidas sobre significados das palavras presentes no texto.

Em seguida, o(a) educador(a) deve apresentar brevemente o histórico e os princípios da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a PNEPS-SUS.

Discutir sobre o texto “O(a) Agente como educador(a)” nos NBs ou na turma e estabelecer encontros do que o texto fala com princípios da PNEPS-SUS:

1.Diálogo
2.Amorosidade
3.Problematização
4.Construção compartilhada do conhecimento
5.Emancipação
6.Compromisso com a Construção do Projeto Democrático e Popular

Cada NB deve discutir um princípio e responder a pergunta disparadora:

O que é e pra que serve a Educação Popular?

Em seguida, cada NB deve apresentar para a turma as suas respostas e a turma deve debater as respostas no grande grupo.

QUINTO MOMENTO:
PROMOVENDO DIÁLOGOS NO TERRITÓRIO



Formular um Roteiro de Diagnóstico e Mobilização Territorial, com o objetivo de construir um levantamento das necessidades e problemas do seu território;

Identificar quais os subsídios e as ferramentas que as(os) AgPop-SUS precisam para desenvolverem seu papel.

EXEMPLO DE ROTEIRO:

1)Qual o tamanho da comunidade? Quantas pessoas? Quantas famílias? Qual a área? Tem comunidades dentro de uma grande comunidade ou bairro?

2)Qual o tipo de comunidade: bairro periférico? área camponesa? quilombola? população de rua? ribeirinha? pescadores? marisqueiras?

3)Quais os equipamentos sociais disponíveis na comunidade? posto de saúde, hospital, CRAS, CREAS, terminal de ônibus, comércio, escolas, creches etc.

4)Quais os problemas mais importantes dessa comunidade? Os problemas são consenso entre os moradores?

5)Quais as potencialidades do território? Associação de moradores, coletivos culturais, educação, pessoas, ONGs, recursos naturais, praças?

6)Quais os sujeitos que atuam na comunidade? quem tem poder para mudar a realidade? Quais os aliados e parceiros que podem ser conquistados? Identifique, sejam eles públicos ou privados.

7)Onde posso procurar mais informações sobre o território da comunidade?

SEXTO MOMENTO:
TEMPO COMUNIDADE



A partir do roteiro, vamos criar um diagnóstico participativo, um levantamento dos dados para elaboração do **mapa falante**. Resumir as respostas às questões do roteiro para apresentar no próximo módulo.

O **Mapa Falante** é um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. É uma ferramenta que permite discutir diversos aspectos da realidade de forma ampliada. O Mapa vai ser a primeira parte do **Plano de Ação** a ser desenvolvido durante o curso.

O que é um mapa falante? *À primeira vista* parece óbvio, é um mapa que fala. E o que nosso mapa pode falar?

Esse mapa pode nos contar como se leva a vida em um certo território. Tem o objetivo de ser construído de forma participativa, construído pelas(os) diversas(os) moradoras(es) e trabalhadoras(es) do território.

Onde e como se vive, como é esse lugar desde seu surgimento, ocupação, organização da comunidade, seus aspectos culturais e movimentos sociais e comunitários. Quais políticas públicas estão presentes? Quais os cheiros, os sons, as paisagens que identificam o lugar? Que outras perguntas pode-se fazer sobre o lugar, sobre o território?

A seguir, deixamos um breve roteiro para levantar os conhecimentos sobre o território para transformá-los em um **Mapa Falante**.

O mapa irá retratar o território e “falar sobre ele”: é um exercício que auxilia na compreensão e no distanciamento da realidade, ajuda a olhar para a complexidade e para a reflexão sobre a realidade, incluindo a realidade da saúde local.

Entre as características do território a serem levantadas, podem-se destacar:

- A história da comunidade;
- A distribuição da população e os tipos de moradias;
- Identificação de áreas de vulnerabilidade e risco;
- As principais ruas e vias de acesso e o tipo de pavimentação;
- As características do terreno do território;
- O abastecimento de água e de esgoto;
- A coleta de lixo;
- As características em relação ao uso e à ocupação do território;
- Outros aspectos considerados relevantes.

A descrição inicial pode ser auxiliada por fotografias e vídeos, o que facilita a apresentação. Outros dados fundamentais para a elaboração do mapa falante dizem respeito à demografia, aspectos socioeconômicos e culturais, epidemiológicos, socioculturais e educacionais.

Em resumo, o **Mapa Falante** é um instrumento para um conhecimento participativo do lugar que vivemos, de seus problemas e potencialidades a partir dos diversos olhares e compreensões da comunidade e dos trabalhadores do território, sejam eles trabalhadores de saúde, educação e outros.

1ª SISTEMATIZAÇÃO: LEMBRAR ÀS/AOS EDUCANDAS(OS) QUE É PRECISO FAZER A SISTEMATIZAÇÃO DOS APRENDIZADOS TANTO DO TEMPO ESCOLA, QUANTO DO TEMPO COMUNIDADE. ORIENTA-SE ESCREVER UM POUQUINHO TODOS OS DIAS, RELATANDO O QUE FEZ EM RELAÇÃO AO CURSO, DIFICULDADES E FACILIDADES DE FAZER O MAPA, O QUE ENTENDEU E NÃO ENTENDEU, COLOCANDO FOTOS, POESIAS, CORDÉIS, TEXTOS, OU QUALQUER COISA QUE LHE MARCOU NO DIA.

SÉTIMO MOMENTO: RODADA DE AVALIAÇÃO DO EIXO



Educadoras(es) devem mediar uma roda de diálogo com as seguintes perguntas:
- O que você mais gostou no dia de hoje?
- O que não foi tão bom?
- Sugestões de como melhorar?
- Como se sentem após terem adquirido essas informações?

OITAVO MOMENTO: MÍSTICA DE ENCERRAMENTO



Leitura do poema:

RESISTÊNCIA E POESIA

(Elias José da Silva)

Meus amigos e amigas
Vejam só que história boa
eu tenho pra contar
É uma história de saúde
Com tomada de atitude
Com mistura de linguagens
Onde a arte e a cultura
Lubrificam as engrenagens
Onde o saber popular
E o saber acadêmico
Interagem e reagem
Interação, Integração
Saúde e cultura emergentes
Permanente e popular
Fios de uma mesma tessitura
De uma rede construída
Pelo saber de muitas mãos
Educação na saúde
Saúde na educação
De forma entrelaçada
Pela participação
Uma rede de cuidado
Uma rede de atenção
O saber compartilhado
Trilhas do aprendizado
Mística da humanização
E os trabalhadores e usuários
Ampliando seu olhar
Nesta metodologia
De aprender e ensinar
Conselheiros e usuários
Gestores e servidores
Constroem no dia a dia
Os saberes e os sabores
E assim cada território
Deste Brasil continental
Configura sua rima
Sem tremores e abalos
Os olhares se iluminam
Para que as ações coletivas
Se façam mais resolutivas

E essa luta é decisiva
Sem disputa de terreiros
Valores que aqui tecemos
Reflitam no mundo inteiro
Mas, meu amigo, minha amiga,
Que história boa é esta
Que eu tenho pra contar?
Se alguém não entendeu,
Há muito ainda o que dizer
Há muito ainda o que fazer
Há muito ainda o que pensar
Há muito ainda o que cantar!
Afinal, esta é uma longa história
De saúde, cultura e educação
popular!

TEXTO I
O(A) AGENTE COMO EDUCADOR(A) POPULAR

PAULO CERIOLI
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

QUEM É O(A) AGENTE POPULAR

> É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...
>
> **(Paulo Freire)**

Esperar e agir – são opostos? Posso esperar enquanto ajo, ou agir enquanto espero? Para Paulo Freire, o verbo é diferente: esperançar.

Somos ensinados a sermos pacientes: paciente de alguém que age sobre nós, ficando à espera de que alguém resolva os nossos problemas. Pacientemente, esperamos. E não basta eu dizer, "eu sou agente", pois precisamos nos forjar agentes.

O(A) agente não nasce pronto(a), mas aprende a ser, agindo. Na ação, buscando caminhos, caminhando, interagindo, propondo, articulando... O(A)

agente popular é movido(a) por indignação com ou contra determinadas situações e pela solidariedade. Ele(a) acredita na potencialidade das pessoas em construírem o seu próprio destino.

Agente é quem age. Mas é **quem age para que outros(as) passem a agir**. Ele(a) age **com** os(as) outros(as) (construindo juntos(as)) e não para os(as) outros(as) (dando pronto). É alguém que articula e organiza pessoas para a ação. É alguém que forja em si uma consciência social organizativa, pois foi além da mera consciência social crítica (que sabe as determinações dos problemas e os respectivos responsáveis).

O(A) agente não dá nada já pronto. Ajuda a perceber, a maturar ou analisar, a buscar condições, a perceber possibilidades de ação ou reação. Sabe animar/encorajar e aglutinar. Mas não é um(a) aventureiro(a): propõe ações calculadas (quanto à possibilidade de êxito) que passam a ser planejadas em conjunto.

Por ser humano(a), não aceita desumanidades. Solidariza-se (assume a causa do outro), luta pela vida (a partir de baixo, juntos(as), unidos(as), pela democracia (para todos(as) terem saúde, escola, moradia, trabalho e renda etc.) e quer forjar um mundo mais humano, que não seja pautado pelo capital.

Nesta sua caminhada, atua como educador(a), ajudando e aprendendo, e contribui para a formação do ser humano, em si e nos(nas) demais. Ninguém está pronto, mas sempre em construção.

Ser agente é ser fermento na massa: atua a partir de dentro, junto. Se ficar de fora (não se inserir), vai procurar influenciar e manipular, para tentar conduzir. Ser agente popular é entrar com os dois pés, mãos, corpo inteiro, procurando não se contaminar: não é para ser mais um(a), mas para fermentar a reflexão e a construção de caminhos que visam transformar.

Enfim, a relação entre o(a) agente e o povo não pode ser entre quem sabe (está cheio) e quem não sabe (está vazio) e que se resume em repassar conteúdo (transferir dados) ou conscientizar e libertar o povo, pois se torna um processo de imposição e domesticação. Sabemos que todos(as) sabem alguma coisa (fruto de aprendizados) e que há saberes diferentes (por terem vivido diferentes experiências), mesmo entre quem tem um saber vulgar (povo) e quem tem um saber acadêmico ou científico (agente).

Não podemos cair numa visão dualista, de que o povo tem uma consciência cheia de erros e equívocos e que o saber científico é o único saber autêntico

(legítimo). Este dualismo nos leva a querer salvar o povo das trevas da ignorância e da superstição e, para resolver isto, apenas garantir o acesso aos clássicos (dar conteúdo).

Também não podemos achar que existe um antes e um depois: de que o povo é ingênuo e que, após a nossa intervenção, ele se tornaria crítico. De que o saber do povo é autêntico, mas inferior, é de que ele precisaria receber "um programa" que elevaria a sua consciência (incorporaria novos elementos). O povo não é uma massa inerte que precisa ser adestrada.

Nossa postura é a de fazermos um "diálogo de saberes" e, nele, fazer a ativação externa de forças internas (gerar um processo reflexivo, provocador de novas sínteses) que permitam a formação de sua consciência e, ao perceberem dialeticamente a realidade (em sua historicidade e materialidade), gerar mecanismos de superação, com uma crítica que propõe alternativas e com formas organizadas de ação.

EDUCAÇÃO É FORMAÇÃO HUMANA

Educação é uma ação ampla que relaciona o ensinar e o aprender. Aprende-se com o exemplo e com o que se escuta e se compreende. O ser humano é uma espécie que tem a capacidade de se alienar: alguns decidem se desumanizar ao irem desumanizando os demais.

Como nos formamos humanos? O que forma o ser humano? Para muitos autores, é o trabalho entendido como *práxis*, como capacidade de transformar a natureza e o mundo (sociedade). Para outros autores, é a cultura, ao perceber o comportamento ou modo de vida dos operários, dos trabalhadores, das diversas classes na sociedade. Para Paulo Freire é a capacidade de resistência dos oprimidos (um vulcão aparentemente adormecido). Para alguns movimentos sociais, é, ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada, o trabalho, a cultura, a organização coletiva, a luta social e a história, quando nos damos conta de que fazemos parte de um processo que tem raiz e tem projeto.

A educação visa à humanização, e isso passa pela leitura e compreensão do mundo, pela participação, pela emancipação, pela conquista dos direitos e, em última análise, pela transformação da sociedade.

Costuma-se dizer que os(as) educadores(as) são sujeitos da educação e, ao mesmo tempo, que os(as) educandos(as) também são sujeitos da educação: ambos(as) aprendem e ensinam. Então, qual seria o objeto da educação? A tendência é acharmos que é o conteúdo, mas na verdade são as

relações com a natureza (de devastação ou de cuidado) e com as pessoas (de dominação ou de serviço) que nos ensinam a ser solidários(as) ou a querer "levar vantagem", que nos ajudam a nos irmanar ou a nos segregar utilizando concepções machistas, racistas e homofóbicas, por exemplo.

O desafio é superar uma relação vertical e vivenciar uma relação horizontal.

O QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO POPULAR

Educação Popular é o esforço de mobilização, organização e capacitação das **classes populares**. É o povo educando, e não educar o povo.

É a capacidade de entender o que está acontecendo no presente (conjuntura), o que conduz a estes acontecimentos (estrutura), e o que aconteceu antes que nos levou até o momento atual (história). É saber ler a realidade na sua atualidade (contradições e forças sociais) e ser capaz de propor ações para alterar, em parte, esta realidade (conquistar direitos, fazer reformas) e a se organizar para lutar para a transformação (reformas de base, visando um projeto popular) com vistas a uma nova sociedade.

Educação Popular é preparar o povo para **construir um processo coletivo** de intervenção na realidade e de formação de sua consciência; para que seja sujeito de seu processo formativo.

Ela tem a ver com o entendimento da concepção de mundo, do senso comum, da ideologia e da consciência social atual e de como ir forjando uma consciência política crítica.

Algumas "pistas" nos ajudam a pensar no A**gente de Educação Popular em Saúde como um educador popular**. Para ser um agente, é preciso:

Ter disponibilidade (um tempo para isto) e vontade. Fazer parte é um compromisso com as(os) demais.

Reconhecer que tem uma experiência diferente (única) e, por isto, precisa cuidar para não dominar ou querer conduzir. Precisamos conhecer a nossa situação de classe (na qual nascemos e/ou nos encontramos); no caráter de classe (o modo de pensar e agir que assumimos – o dito pobre com cabeça de rico, por exemplo); e na opção de classe (se assumo como meu o projeto da classe trabalhadora).

Estar inserido no território onde atua. Não precisa morar lá. Mas precisa

estar lá, conhecer e ser reconhecida(o). Não basta ir lá para fazer uma campanha (que dura um tempo limitado) ou uma missão (realizar uma atividade) e depois voltar para casa. Inserir-se é fazer parte de um processo que tem data para começar, mas não para terminar.

Ter coragem de começar a atuar, mesmo sabendo que **não há receitas** e nem estamos lá para vender um pacote ou executar um roteiro. O que precisamos é planejar os passos que precisamos dar e correr riscos; mas o risco precisa ser calculado, pois não podemos ser irresponsáveis.

Lembrar sempre: Educação Popular é a arte de trabalhar com o povo: **aprende-se fazendo e refletindo sobre o processo**. O ponto de partida é a realidade concreta das pessoas.

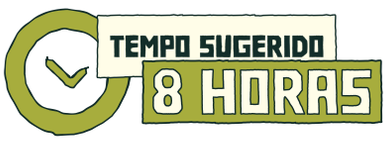
Precisamos sempre nos lembrar de que estamos lá para trabalhar **com** o povo, envolvendo-o, para que se torne uma ação **do** povo no momento em ele assume como sua; jamais devemos trabalhar **para** o povo (nos querer fazer no lugar dele). Todos aprendem fazendo, ganhando experiência, e nós fazemos com eles.

EIXO TEMÁTICO 2

EIXO TEMÁTICO 2:
A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Objetivo geral: Refletir sobre quem é o povo brasileiro, sobre o país em que vivemos e a relação das vivências do povo com a sociedade na qual está inserido.

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
De onde vem o povo brasileiro?	Discutir o processo de formação do povo brasileiro desde a colonização;	-Povos originários; -Colonialismo, violência e escravidão; -Resistências populares; -Marcas da colonização na formação do Brasil.
Em que país vive o povo brasileiro?	Refletir sobre as estruturas sociais que conformam a realidade brasileira;	- Transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo; - Racismo estrutural; - Patriarcado; - Latifúndio e dependência externa.
O que quer o povo brasileiro?	Pensar coletivamente as mudanças necessárias para um país igualitário e solidário.	- Papel e participação popular na construção de um projeto de país; - Pilares de um projeto popular para o Brasil.



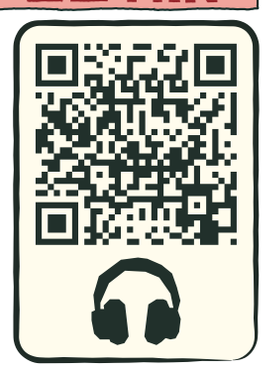
TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	30 min
O que já sabemos sobre o tema	120 min
Sistematização do conhecimento	180 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada

PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTES MATERIAIS:

1 caixa de som
1 mural de papel na parede
1 mapa da comunidade, assentamento, acampamento, quilombo…
10 lápis coloridos do tipo piloto
Jornais e revistas
Tesouras sem ponta
Cola branca ou em bastão

PRIMEIRO MOMENTO: MÍSTICA E BOAS-VINDAS





Sugestão: Todas as pessoas escutam, cantam e dançam a música "História para Ninar Gente Grande", samba-enredo da Mangueira no ano de 2019.

HISTÓRIA PARA NINAR GENTE GRANDE
ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA

Alô Mangueira
Agora é a nossa vez
Vem, vem, vem comigo
Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde e rosa as multidões
Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou

Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

(Compositoras/es: Luiz Carlos Maximo Dias / Silvio Moreira Filho / Danilo de Oliveira Firmino / Deivid Domenico Ferreira Lima / Marcio Antonio Salviano / Ronie de Oliveira Machado / Tomaz Disitzer Carvalho de Miranda / Manuela Trindade Oiticica)

SEGUNDO MOMENTO: SISTEMATIZANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE



A partir da atividade realizada no Tempo Comunidade com o **Mapa Falante**, propõe-se iniciar este encontro com a construção de um mapa do território (assentamento, comunidade, quilombo, etc.), **destacando ou desenhando** os seguintes lugares: quais são os pontos que você levantou do roteiro do módulo anterior? Consegue colocar no mapa mercadinhos, budegas, bares, pontos de espera de transporte, igrejas, campos de futebol ou campos de várzea, centro comunitário e sedes de associações, pontos turísticos e outros? Há escolas? Postos de saúde?

Quais são os lugares mais amados da comunidade? Quais os lugares de luta do movimento?

A proposta do mapa é fazer uma **cartografia coletiva** da comunidade, com todas as dificuldades e afetos do lugar onde se mora e pertence.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

oriente perguntas no sentido de ampliar as demandas e questões da comunidade para um problema mais amplo da classe trabalhadora brasileira.

Para essa atividade, o(a) educando(a) pode soltar a criatividade! Pode fazer desenhos com canetas coloridas e ou usar gravuras de revistas.

TERCEIRO MOMENTO: QUEM É O POVO BRASILEIRO?



A história do povo brasileiro tem um percurso que precisa ser conhecido por todas e todos nós. Saber sobre a formação do povo brasileiro é saber a nossa própria história. Algumas questões podem facilitar o caminhar para sabermos sobre o povo brasileiro: de onde vem esse povo? O quê permanece do passado no presente? Quais são as origens das desigualdades, dos problemas, dos impasses com os quais o povo brasileiro se depara no cotidiano tão diverso de seu território? Estas questões podem ser resumidas em uma única pergunta básica: quem é o povo brasileiro? A resposta poderia ser bem simples: povo brasileiro é um conjunto diversificado de pessoas de diferentes origens étnicas, religiões, orientações sexuais, costumes, culturas e classes sociais que vivem em um território vasto e diverso.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

retomar a música apresentada na mística e discutir com o grupo qual a relação entre a música e o tema proposto. Pode usar a introdução do texto como base para a problematização com o grupo. Durante a discussão, o(a) educador(a) vai registrando as ideias trazidas pelo grupo em um quadro ou em tarjetas de papel.



Agora vamos para o Momento de Leitura do texto “A formação do povo brasileiro”, na pág. 69 . Este texto é dividido em três tópicos, cada um dos NBs vai fazer a leitura coletiva da introdução do texto e um dos tópicos. Depois, cada NB vai ficar responsável por fazer uma síntese (resumo) da parte que tiver lido:

- A formação do povo brasileiro e a colonização do Brasil;
- Capitalismo, racismo e patriarcado;
- Construção de um projeto democrático e popular para o Brasil, conforme princípio descrito no artigo 3 da PNEPSSUS.

Depois, a turma precisará ter um **momento de apresentação coletiva** da discussão do NB. A turma pode colaborar com comentários e, juntas(os), constroem o resumo.



Depois, a turma precisará ter um **momento de apresentação coletiva** da discussão do NB. A turma pode colaborar com comentários e, juntas(os), constroem o resumo.

QUARTO MOMENTO: O QUE QUER O POVO BRASILEIRO?



As/os educandas(os): Agora, vamos pensar juntas(os): quais são as mudanças necessárias para a construção do país que queremos? Neste momento, sugere-se cultivar uma árvore, elencando essas mudanças, que poderá ficar exposta no espaço da formação, junto ao mapa da comunidade elaborado no início. Aqui as(os) educandas(os) podem utilizar a criatividade, escolhendo o tipo de árvore da região ou a mais simbólica para toda a turma e escrever nas folhas, flores e frutos os desejos de mudanças que querem ver no país que queremos.

Antes de tudo, é necessário ver todo o ciclo de envolvimento para o cultivo dos sonhos, desejos, mudanças e árvores que se quer ver vingar. Aqui, sugere-se separar um vaso com os elementos principais dessa representação da árvore (tronco feito de um galho seco, coletado próxima do ambiente da atividade e as flores, frutos e folhas podem ser recortadas e desenhadas para que as(os) educandas(os) escrevam seu desejo).

SOLO/TERRA:

O território para as sementes da mudança, onde as raízes criam forças e determinação;

SEMENTE/SOL/ÁGUA:

É o que possibilita o desenvolvimento do tronco que sustenta a firmeza do projeto coletivo, mesmo que com algumas pragas/desafios, é possível alcançar os objetivos.

FOLHAS/FLORES/FRUTOS:

É o que identifica e dá visibilidade à árvore. A copa da árvore representa os desejos de mudanças pretendidos para o país em que se quer viver.

PASSO A PASSO:

1)Com um galho sem folhas, um balde ou vaso, areia, folhas ou flores, o(a) educador(a) pode montar um vaso com o galho enterrado, representando uma árvore seca.

Com as folhas A4, que podem ser coloridas ou brancas, o(a) educador(a) ou cada educanda(o) pode dobrar em três partes e cortar em formato de folha, flor ou fruto – se necessário, utilizar uma folha real como molde.

2)O(a) educador(a) deve entregar cada folha, flor ou fruto (papel, cortado previamente ou não) para um(a) educando(a) e pedir que escreva um desejo de transformação.

3)Em seguida, pede que cada um(a) se levante, fale o que escreveu, justifique e, com uma fita pré-cortada e que esteja em um local de fácil acesso, grude o cantinho da folha no galho.

4)Lembrar sempre de agradecer e reforçar a ação do(da) educando(a) de levantar-se, falar e contribuir com o espaço.

5)Após o fim de todas as falas, a árvore estará repleta de folhas e o(a) educador(a) pode fazer uma analogia com o fim de um inverno e a chegada da primavera ou com uma planta que precisa de cuidados para florescer, como os territórios.

MATERIAIS

1. 1 Vaso ou balde;
2. 1 galho seco ou sem folhas – pensar no tamanho do galho proporcional ao tamanho da turma;
3. Areia para preencher o vaso e fixar o galho;
4. Folhas ou flores para forrar o vaso;
5. Folhas A4 brancas ou coloridas;
6. Canetas, giz de cera, canetinhas coloridas;
7. Tesouras (se só tiver uma, o(a) educador(a) deve cortar previamente o papel);
8. Fita adesiva.

QUINTO MOMENTO:
TEMPO COMUNIDADE



Agora que a turma já criou uma cartografia afetiva de sua comunidade, por meio do Mapa Falante, sugere-se entender de onde vem essa comunidade e de onde surgiu o seu lugar

Para a atividade de Tempo Comunidade, cada grupo deve visitar famílias e perguntar as histórias do lugar. Quem chegou primeiro da sua família? O que existia aqui antes? Periferia? Área de plantação? Incentiva-se a contação de histórias da comunidade de onde as(os) educandas(os) pertencem.

Deve-se pesquisar também: onde as pessoas se reúnem? Onde as pessoas jogam o lixo? Onde há água de poço ou água encanada? Há águas paradas? Onde há hortas comunitárias e mandalas de ervas medicinais?

Há pontos de risco de energia elétrica? Outros pontos ou situações de risco? Há pontos de consumo ou venda/compra de drogas? Bares ou venda de bebidas?

Onde se realizam as festas ou rituais dessa comunidade?

Para isso, depois de fazer as entrevistas, cada grupo precisa levar um ou mais objetos que representem a história desse lugar e, no próximo encontro, precisarão contar essa história a partir daquele objeto.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

nesse momento, você pode incentivar trabalhos criativos por parte das(os) educandas(os). Se o seu grupo for de juventude, pode incentivar que produzam um vídeo, uma música, ou um quadrinho, por exemplo.
Essa é a **segunda parte** do **Plano de Ação** que as(os) educandas(os) deverão elaborar durante o curso. Atentem que desse levantamento podem surgir os problemas e a forma como priorizar os problemas. Neste momento, o grupo deve escolher o problema principal a ser trabalhado para já ir buscando formas de solucioná-lo.

2ª SISTEMATIZAÇÃO: LEMBRAR ÀS(AOS) EDUCANDAS(OS) QUE PRECISARÃO FAZER A SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS, DO TEMPO ESCOLA E DO TEMPO COMUNIDADE. É IMPORTANTE ESCREVER UM POUQUINHO TODOS OS DIAS, NO CADERNO, COLOCANDO EXEMPLOS DE OUTROS MATERIAIS QUE TENHAM PRODUZIDO, COMO TRECHOS MARCANTES DE ENTREVISTAS, FOTOS, LISTA DE SITUAÇÕES DE RISCO ETC.

EXERCITANDO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS...

Agora que já foi possível entender as atividades do Tempo Comunidade, vamos exercitar como faremos ainda neste encontro de hoje:

OFICINA PRÁTICA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS



O(a) educador(a) vai pegar um objeto e, a partir dele, contar a história de onde ele(ela) é, buscando responder as perguntas: De onde a minha avó veio? E a minha mãe? E o meu pai? E eu? E as minhas filhas? E os meus filhos? Como era a minha comunidade antes da minha avó nascer? Como são as pessoas que moram na minha comunidade? Ricas? Pobres? Negras? Indígenas? Brancas?

Depois de assistir a contação de história do educador, ele(ela) vai chamar duas(dois) voluntárias(os) para fazerem a mesma contação de história sobre suas comunidades.

SEXTO MOMENTO: RODADA DE AVALIAÇÃO



Cada um(a) das(os) educandas(os) precisam responder às perguntas:

- Este eixo foi bom?
- O que foi ruim neste eixo?
- Como o eixo pode melhorar?

Em roda, o(a) educador(a) deve anotar as opiniões das(os) educandas(os), para levar em conta nos próximos eixos.

SÉTIMO MOMENTO: MÍSTICA FINAL

O(a) educador(a) pode perguntar se algum(a) das(os) educandas(os) toca um instrumento para cantarem juntos essa música. Se ninguém tocar, não tem problema, ela também fica muito legal na palma da mão.

A VIDA DO VIAJANTE
LUIZ GONZAGA

Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das terras onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei

Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa, sigo o roteiro
Mais uma estação
E alegria no coração

Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das terras onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei

Mar e terra, inverno e verão
Mostro o sorriso, mostro alegria
Mas eu mesmo, não
E a saudade no coração

Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das terras onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei

Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa, sigo o roteiro
Mais uma estação
E alegria no coração

INDICAÇÕES DE FILMES E MÚSICAS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA:

FILMES E DOCUMENTÁRIOS:

UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA;
OLGA;
UTOPIA E BARBÁRIE;
CENTRAL DO BRASIL;
QUE HORAS ELA VOLTA;
JANGO;
BATISMO DE SANGUE;
O HOMEM QUE VIROU SUCO;
O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS;
SÉRIE GUERRAS DO BRASIL.

MÚSICAS:

BOA ESPERANÇA, EMICIDA;
A CARNE, ELZA SOARES;
IDENTIDADE, JORGE ARAGÃO;
PEQUENO PERFIL DO CIDADÃO COMUM, BELCHIOR;
ONDE O BRASIL APRENDEU A LIBERDADE, MARTINHO DA VILA;
ORDEM E PROGRESSO, BETH CARVALHO.

TEXTO I
A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

THAYS SANTOS CARVALHO
Escola Nacional Paulo Freire

A história como cantou a Estação Primeira de Mangueira, em 2019, é a "história que a História não conta": do povo trabalhador, dos povos indígenas, dos negros e negras, da gente pobre que, com muito suor, construiu este país. Não pode ser natural que nós, o povo brasileiro, saibamos quem foi Pedro Álvares Cabral e não saibamos quem foi Antônio Conselheiro, ou saibamos quem foi Dom Pedro II e não saibamos quem foi Margarida Maria Alves. Certamente é possível listar dezenas de comparações desse tipo que revelam, no fim das contas, o esforço das classes dominantes em "apagar" parte da história e das lutas do povo brasileiro. Para conhecer nossa história temos de ir longe, séculos atrás, porque o Brasil de hoje não é fruto somente do presente. Carregamos as marcas de uma herança que advém de um modo pelo qual o Brasil se formou. Na escola, desde as séries iniciais, ouvimos por repetidas vezes que o Brasil foi "descoberto", que o Brasil está como está por "culpa dos brasileiros", que o "povo brasileiro é indisposto ao conflito" e por aí vai. Será que é isto mesmo? Vamos pensar juntas e juntos?

Para desenvolver o raciocínio e a discussão sobre o processo de formação, este material de estudo está didaticamente organizado em três tópicos:

1. A formação do povo brasileiro e a colonização do Brasil;
2. Capitalismo, racismo e patriarcado;
3. Construção de um projeto democrático e popular para o Brasil.

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

"Brasil" nem sempre foi o nome desta nossa terra "Pindorama", deste nosso país. Houve um momento na história em que éramos um território habitado por populações originárias. A chegada dos portugueses colocou em choque duas formações sociais: a dos colonizadores europeus e a dos povos indígenas originários.

O confronto não se resolveu com as tentativas de transferência dos distintos modos de vida trazidos pelos colonizadores nem de adoção do que era predominante entre os povos originários. O resultado desse processo foi um modo de produção gestado, no primeiro momento, por meio da violência e do genocídio dos povos indígenas originários e, na sequência, mediante a escravização dos negros africanos. Esse modo de produção se caracterizou pela: exploração da força de trabalho negra escravizada; exportação de bens primários (como a cana de açúcar, por exemplo) única e exclusivamente para Portugal; e pela organização da produção via latifúndio e monocultura.

A chegada dos portugueses às Américas não foi aleatória. Estava diretamente relacionada ao processo mundial de transformação baseado na transição do modo de produção feudal (baseado na posse da terra) para o modo de produção capitalista. Essa transição se chama "mercantilismo". A adoção do capitalismo como modo de produção dominante, foi precedida, de um lado, por uma acumulação primitiva de capital gerada através de um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, o que separou o produtor direto dos meios de produção, não lhe restando outra alternativa senão a venda da sua força de trabalho. E, de outro, pela pilhagem e pela espoliação dos povos a partir da violência e da escravidão. Ou seja, a chegada dos portugueses às Américas, inclusive no Brasil, tem relação direta com a implantação do trabalho assalariado na Europa e as distintas formas de trabalho escravizado no que era chamado de "Novo Mundo" pelos europeus.

Para a escravidão se desenvolver numa escala nunca antes vista na história da humanidade, produziu-se uma ideologia, ainda hoje presente com outros contornos, justificadora da opressão e da exploração capitalista: a ideologia colonialista, que, no século XIX, esteve apoiada no racismo científico, cujos pilares fundamentais são:

1) a superioridade inata das raças arianas e louras (brancos) em relação às outras;
2) a legitimidade das nações europeias em civilizar os países "incivilizados";
3) a criminologia determinista, que atribuía características negativas a pessoas que possuíam fenótipo (aparência) típico da população negra e indígena.

As classes e frações de classe que se forjaram na contradição ou no choque com esse projeto de colonização é o que se identifica como povo brasileiro: um povo novo, constituído a partir dessa contradição. Uma identidade que é, ao mesmo tempo, resultado da violência, da miscigenação forçada, compulsória e da resistência impressa nesse processo. Assim, a ideia de povo brasileiro não nega nem a diversidade e nem a divisão da sociedade em classes sociais.

Quais exemplos dessa resistência conhecemos? Do Quilombo de Palmares no Nordeste brasileiro, à Guerra Guaranítica no Sul do país, o povo brasileiro resistiu e resiste a todas as formas de opressão e exploração!

CAPITALISMO, RACISMO E PATRIARCADO NO BRASIL

A abolição da escravidão (1888), juntamente com a proclamação da República (1889) e a primeira Constituição (1891), são partes fundamentais da transição da formação social escravista para o capitalismo, no final do século XIX e início do século XX.

Esta nova forma de organização social – o capitalismo – desenvolveu-se sem romper com algumas estruturas de dominação durante o período colonial, como o latifúndio, por exemplo. Esta mudança não superou a dependência em relação aos países considerados, à época, centrais, mas a renovou ao inaugurar, no Brasil, um capitalismo de tipo dependente: no âmbito externo subordinado ao imperialismo e no plano interno, apoiado em profundas desigualdades sociais.

Assim, o sucessor do escravizado não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro, o que significou que os negros adentraram à ordem social competitiva em condições desiguais em relação aos brancos. Quanto às mulheres negras, permaneceram na condição social, prioritariamente, de domésticas, com dois papéis: o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho – trabalho em famílias ou a prostituição como alternativa.

Cinco dados sobre o abismo racial na sociedade brasileira:

- Segundo o IBGE, em 2021, a taxa de trabalhadoras(es) informais entre a população branca era de 32%; entre a população preta, de

43%; e entre a população parda, de 47%. Ao olhar o rendimento médio no período, a diferença é ainda maior. O das(os) trabalhadoras(es) brancas(os) foi quase o dobro de pretas(os) e pardas(os).

Segundo o mesmo estudo, de todas(os) as(os) pretas(os) e pardas(os) brasileiras(os), cerca de 35% viviam com R$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais), praticamente o dobro da proporção de pessoas brancas na linha da pobreza. A diferença se repete entre as pessoas que vivem na extrema pobreza: pretas e pardas são, praticamente, o dobro das brancas.

A população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% da pessoas com mais chances de serem vítimas de homicídios.

68,2% das pessoas privadas de liberdade no país são negras, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023.

Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta a Anistia Internacional (2022).

Na sociedade brasileira, portanto, racismo não é "coisa do passado" e a "democracia racial" é um grande mito. Qualquer projeto de sociedade que, de fato, leve em consideração a história do Brasil terá o dever de lutar pela superação da herança escravocrata e racista enraizada em nosso país.

O patriarcado e a desigualdade de gênero

O patriarcado refere-se, historicamente, à implantação de uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Organiza-se a partir da propriedade privada, da divisão sexual do trabalho e do heterossexismo. Constitui uma forma específica das relações de gênero, desiguais e hierárquicas, presentes em todos os espaços sociais, impregnando a sociedade e o Estado e mobilizando a violência como forma de controle e disciplina. Ou seja, nada disso é "natural", foi histórica e socialmente construído. E pode, portanto, ser **transformado!**

Atribui-se uma "identidade" feminina, propícia ao exercício da dominação masculina, como, por exemplo, a mulher como sexo frágil e, naturalmente, mais apta às atividades domésticas e de cuidado.

Com isso, afirmamos que há uma **divisão sexual do trabalho** que institui

o trabalho doméstico reprodutivo como de obrigação exclusivamente feminina. De um lado, as mulheres realizam um trabalho, que muitas vezes nem é reconhecido como trabalho, de forma não remunerada. De outro, cria-se uma situação concreta que permite o rebaixamento geral dos salários de toda a classe trabalhadora porque essas atividades que são fundamentais para renovação da força de trabalho (se alimentar, se vestir, se manter saudável etc.) e não entram na composição média do salário.

Além disso, a reafirmação e a reprodução das desigualdades em relação a mulheres e pessoas negras permite que o capitalismo diferencie os salários das(os) demais trabalhadoras(es), extraindo uma taxa maior de mais-valia, na medida em que paga salários menores para trabalhadoras(es) "iguais". Não só isso, a discriminação secular ainda empurra pessoas negras e mulheres para atividades mais precarizadas que, no geral, pagam menores salários para tarefas feitas por mulheres, negras(os) ou LGBTQIAPN+. No caso das mulheres negras, há um rebaixamento ainda maior das condições de vida.

Ao observar historicamente as condições em que se desenvolveu o trabalho feminino no Brasil, percebe-se que cabia à mulher escravizada, além de uma função no sistema produtivo, um papel sexual: escravizadas africanas e indígenas foram submetidas a relações sexuais forçadas. Esta prática "naturalizou-se" no Brasil, deixando raízes na atualidade com a chamada "cultura do estupro", confirmadora, dentre outros aspectos, do controle dos corpos e da sexualidade.

A violência patriarcal também carrega consigo um componente heterossexista que não pode ser invisibilizado. O heterossexismo opera a partir do controle do corpo das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Os estupros, torturas e assassinatos de mulheres e de LGBTs praticados por homens heterossexuais representam a forma pelo qual o controle e a dominação é exercida.

Um elemento importante na discussão que estamos fazendo é o processo de "feminização" da força de trabalho assalariada no Brasil. Este ganha impulso somente a partir do final dos anos 1970, em sua maioria pela via do setor de serviços. Em países dependentes como o Brasil, vale lembrar, o setor de serviços vem acompanhado de implicações como a desqualificação, os salários baixos, a rotatividade elevada e a prevalência de mulheres. O traço da informalidade no mercado de trabalho brasileiro também opera fortemente sobre as mulheres trabalhadoras.

Além disso, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Cerqueira; Bueno, 2023), no Brasil, as limitações na produção de dados referentes à violência contra a população LGBTQIAPN+ constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas destinadas a este grupo. As transformações institucionais são bastante lentas e desiguais, seja no setor da Segurança Pública, seja no setor da Saúde.

São muitos os exemplos das mazelas do patriarcado. Vamos debater alguns deles?

Cinco dados sobre desigualdade de gênero no Brasil:

> Segundo o IBGE, em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. As mulheres que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos (92,7%).

> Em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresenta queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021, segundo o IPEA (Cerqueira; Bueno, 2023).

> O rendimento de uma mulher negra é, em média, 47% o de um homem branco, segundo o IBGE: R$ 1.781,00 (mil setecentos e oitenta e um reais) ante R$ 3.793,00 (três mil, setecentos e noventa e três reais) .

> Somente 17,9% das cadeiras da Câmara de Deputados são ocupadas por parlamentares do sexo feminino.

> A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 mostra ainda que 72,8% dos casos reportados pelas mulheres de violência física se deram em suas residências (a taxa é de 31,7% para os homens) e, em mais de 85% dos casos reportados como principal violência sofrida nos 12 meses anteriores à entrevista, o agressor era conhecido da vítima, ou como parceiro ou ex-parceiro, ou até mesmo um parente, amigo ou vizinho.

> O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia que, durante o ano de 2022, ocorreram 273 mortes LGBT de

forma violenta no país. Dessas mortes, 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 por outras causas. O dossiê é produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, coordenado pela Acontece – Arte e Política LGBTI+, GGB – Grupo Gay da Bahia, ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

TEM SAÍDA? CONSTRUIR UM PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA O BRASIL

Assim, respondemos: o Brasil tem saída. E esta saída é a construção de um Projeto Democrático e Popular para o Brasil, como inclusive prevê a PNEPS-SUS. Mas afinal, que projeto é este?

Assim, respondemos: o Brasil tem saída. E esta saída é a construção de um Projeto Democrático e Popular para o Brasil, como inclusive prevê a PNEPS-SUS. Mas afinal, que projeto é este?

O Projeto democrático e popular para o Brasil compreende um conjunto de medidas necessárias para que o país, de modo soberano, passe a pensar primeiramente em seu povo, nas suas necessidades, na sua sobrevivência, subordinando a lógica empresarial e do dinheiro que construiu o Brasil como Nação.

É um projeto em construção, porque é necessário que a sociedade seja chamada a refletir sobre o que ela quer da sua própria vida: que crie e trilhe um caminho para a sua execução; que estabeleça metas e construa as condições necessárias para isso. Ou seja, é uma tarefa coletiva!

O projeto democrático e popular só é viável porque existe o povo brasileiro, uma imensa massa humana que se considera unida por uma história, uma herança cultural, uma língua, um espaço geográfico, instituições políticas, problemas e potencialidades comuns. Reconhecendo claramente que está ligada pelo passado e pelo futuro, essa massa humana pode, de fato, se juntar e se colocar em movimento para atingir objetivos ousados.

Por tudo o que foi visto até aqui, parece justo que a sociedade tenha um projeto, ou seja, uma imagem do futuro que deseja construir e uma ideia do

caminho que deve trilhar. Esse projeto deve ser popular, ou seja, conduzido pelos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura, cujo espaço preferencial de formulação e de ação política é o Brasil.

Mais ainda: o povo brasileiro – que se esforça, que se vira, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho país afora, que reaprende todos os dias a sobreviver, que insiste em estudar – o povo é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão as reservas humanas mais importantes – de disposição para o trabalho e para enfrentar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria.

O Projeto Popular pretende dar este passo, abrindo nova fase histórica. Para isso, a sociedade brasileira deve assumir consigo mesma **sete compromissos fundamentais:**

(a) O compromisso com a ***soberania***. Representa a determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, rompendo com a dependência externa e dando ao Brasil grau suficiente de autonomia decisória.

(b) O compromisso com a ***solidariedade***, concebida como um valor antagônico ao da competição do capitalismo, onde cada pessoa é impelida a aniquilar a outra: sustenta que a continuidade da construção nacional deve se dar em novas bases, a da **cooperação**, tendo em vista a tarefa de edificar uma sociedade justa e solidária. A reorganização das instituições e do esforço produtivo da sociedade deve ter como prioridade eliminar a exclusão social e a chocante desigualdade na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura.

(c) O compromisso com o ***desenvolvimento***. Expressa a decisão de pôr fim à miséria e as péssimas condições de vida do povo submetido a um processo de subdesenvolvimento, que impede a utilização plena de sua capacidade produtiva e da potencialidade da criatividade humana; é necessário se desenvolver para garantir uma vida de fartura a todo o povo brasileiro.

(d) O compromisso com a ***sustentabilidade***. A defesa do meio-ambiente e a proteção da natureza devem estar no centro das preocupações, especialmente em um cenário mundial onde se está cada vez mais próximo de um colapso climático em que se agravam as catástrofes ambientais e, principalmente, em um mo-

mento no qual o Brasil avança aceleradamente na destruição dos seus ecossistemas, produzindo severas consequências para a população nos números de desmatamento.

(e) O compromisso com a ***democracia***. Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas, de modo que a sociedade possa efetivamente controlar os centros de decisão e poder.

(f) o compromisso com o ***feminismo***. Superar o patriarcado e construir uma ordem social de gênero com igualdade efetiva e que respeite a diversidade, sem divisão sexual do trabalho, violência, discriminação ou heteronormatividade compulsória.

(g) o compromisso com a ***igualdade étnico-racial***. Superar o racismo e construir relações igualitárias, sem que as diferenças de cor da pele, raça ou etnia sejam um fator de discriminação, desigualdade, violências e hierarquias.

O que acham desses compromissos? Quais são as medidas para construir um **Projeto democrático e popular para o Brasil** em que todos e todas tenham vida digna e cidadã?

EIXO TEMÁTICO

3

EIXO TEMÁTICO 3:
TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO, AMBIENTE E VIGILÂNCIA POPULAR

Objetivo geral: Problematizar o conceito de território e o território da comunidade, as questões ambientais e as formas de abordagem por meio da vigilância popular e da comunicação.

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
O que já sabemos sobre o território?	Apresentar informações coletadas dos territórios;	-Conceito de território; -História do lugar; -Vigilância popular; -Ambiente.
Quais as situações de risco do território?	Identificar os pontos de risco do território;	-Vigilância ambiental popular; -Risco ambiental; -Territórios saudáveis e sustentáveis; -Comunicação popular.
Como podemos intervir nos problemas identificados?	Iniciar a organização de um Plano de Ação para o território.	-Plano de ação; -Organização comunitária e popular; -Comunicação em saúde e comunicação popular.



TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	15 min
O que já sabemos sobre o tema	120 min
Sistematização do conhecimento	60 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada

PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTES MATERIAIS:

1 caixa de som
1 mural de papel na parede
1 mapa da comunidade, assentamento, acampamento, quilombo…
10 lápis coloridos do tipo piloto
Jornais e revistas
Cola
Fita cola

PRIMEIRO MOMENTO: MÍSTICA E BOAS-VINDAS





Sugestão: Todas as pessoas escutam, cantam e dançam a música “Canto das Três Raças”.

CANTO DAS TRÊS RAÇAS

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativeiro
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou

Fora a luta dos inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

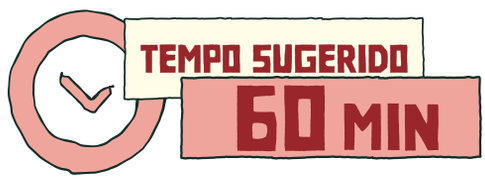
E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar
de dor

(Compositores: Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro)

SEGUNDO MOMENTO: SISTEMATIZANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE



Cada educando(a) ou grupo de educandas(os) de uma mesma comunidade deve apresentar a história do lugar. Este é o momento de mostrar as entrevistas que foram realizadas com pessoas da comunidade. É importante lembrar de dar destaque aos locais identificados como lugares de risco.

Depois, o(a) educador(a) vai encabeçar na turma a discussão sobre o que é uma situação de risco e o porquê cada um daqueles lugares é entendido como local de risco. O(a) educador(a) pode escrever, em tarjetas de papel, os nomes dos locais de risco e colocar no meio da roda, posicionando-os de forma que todas(os) as(os) educandas(os) consigam enxergar.

Após a discussão, o(a) educador(a) precisa localizar, no mapa construído no último encontro, os locais de risco e colar as tarjetas.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

Neste momento, é importante relacionar o conceito de "risco" com os de ambiente e vigilância, destacando que a vigilância popular também é uma função das(os) AgPopSUS.

TERCEIRO MOMENTO: MOMENTO DE LEITURA



PARA O(A) EDUCADOR(A):

Lembrar de estimular a leitura coletiva, destacando a importância do texto para as(os) Agentes de Educação Popular em Saúde e as perguntas condutoras utilizadas no texto. Você pode utilizar a introdução do texto como base para a problematização com o grupo.

VIGIA, MEU POVO!

O(a) AgPopSUS é naturalmente um(a) vigia, um(a) vigilante. Alguém que está atento(a) aos problemas da comunidade e que se dispõe a tomar alguma iniciativa ou providência. A Vigilância Popular é um campo novo de conhecimento e ação na saúde, com várias experiências escritas e catalogadas pelo Brasil afora. Um livro recém lançado – o "Vigia, Povo!" – conta algumas dessas experiências nas quais você pode se espelhar para atuar na sua comunidade.

Para este terceiro momento, as(os) educandas(os) devem se dividir nos NBs, para ler em voz alta e discutir o texto "Saúde, Ambiente e Trabalho". Cada pessoa do NB pode ler um parágrafo. Durante a leitura, o NB deve registrar os pontos polêmicos, as ideias e os questionamentos mais importantes.

Após a leitura, cada NB deve formular uma pergunta com o seguinte tema:**Como o ambiente e o trabalho influenciam a saúde da comunidade?**

Cada NB apresenta a pergunta no grande grupo e o(a) educador(a) discute a relação da Vigilância em Saúde com a Vigilância Popular.

No SUS, trabalha-se com quatro tipos de vigilâncias: epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. As vigilâncias são o SUS agindo em 100% da população brasileira.

A Vigilância Epidemiológica encarrega-se de receber e analisar as informações sobre as doenças. É ela que define se estamos em situação de epidemia e quais são as doenças endêmicas. É importante que o(a) agente saiba que pode informar quando ocorrem casos de doenças na sua comunidade, principalmente as doenças transmissíveis.

A Vigilância Sanitária ocupa-se de vigiar os produtos e serviços que têm relação com a saúde, incluindo os que produzem refeições, consultórios, hospitais, farmácias e as fábricas que produzem itens relacionados à saúde (cosméticos, medicamentos, produtos de limpeza e alimentos, por exemplo).

Já a Vigilância Ambiental cuida de todos os espaços onde há circulação humana, incluindo praças, casas, animais, etc.

A Vigilância da Saúde do Trabalhador fiscaliza e acompanha todos os ambientes de trabalho e suas condições de salubridade, bem como as doenças relacionadas ao trabalho.

QUARTO MOMENTO: A COMUNICAÇÃO NOS TERRITÓRIOS



Aqui, sugere-se uma dinâmica para movimentar a turma: “o telefone sem fio”.

Coloca-se a turma em fila, cada um(a) recebe a informação da(o) colega da frente e repassa ao ouvido da(o) colega de trás.

Para isso, a primeira pessoa da fila lê silenciosamente uma frase formulada pelo(a) educador(a).

O(a) educador(a) deve escrever uma frase com, pelo menos, **duas** linhas, falando sobre o tema que estamos trabalhando.

A primeira pessoa da fila passa a informação para a segunda, que passa para a terceira, e assim sucessivamente. A última da fila diz em voz alta o que entendeu e compara-se com a frase formulada inicialmente.

Esta dinâmica funcionará como uma provocação para discussão sobre a distorção da comunicação que passa de pessoa a pessoa, e como esse fato pode gerar notícias falsas (*fake news*).

Em seguida, propõe-se que cada NB escolha uma foto de sua comunidade. Se o NB incluir pessoas de várias comunidades, pode escolher mais de uma foto. Vamos propor a seguinte dinâmica:

SE A GENTE FOSSE ESCREVER UMA LEGENDA PARA ESSAS FOTOS, COMO SERIA?

Os NBs devem, então, escrever duas legendas diferentes para a mesma foto. A primeira deve destacar as potencialidades daquele território, e a outra deve colocar em evidência suas fragilidades ou problemas.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

anote em tarjetas as fragilidades e problemas de cada comunidade, bem como as potencialidades e compare se são semelhantes nos diferentes lugares ou, até mesmo, na mesma comunidade. Também discuta a diferença e a potência da comunicação, que pode apresentar positivamente ou estereotipar a mesma comunidade de formas totalmente diferentes.

QUINTO MOMENTO: TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR EM SAÚDE



Leia o texto “Território, participação e comunicação” em grande grupo. O ideal é que cada educando(a) leia um parágrafo. Como o texto tem perguntas, sugere-se que uma pessoa leia a pergunta e outra, a resposta.

PARA O(A) EDUCADOR(A):

Você pode convidar algum influenciador (*influencer, youtuber*) da comunidade para participar do debate. Podemos pensar em como formar digitais *influencers* populares.

Discutir em grande grupo a participação popular e a comunicação.

Quais os espaços de participação existentes na sua comunidade? Como fazer para participar?Existe conselho local de saúde? É interessante formar?

SEXTO MOMENTO: TEMPO COMUNIDADE



A atividade de Tempo Comunidade será uma [illegible]cia.

A turma deve escolher um serviço de saúde do SUS para visitar. Ao chegar na unidade, é importante perceber: quem são as(os) profissionais de saúde? Quais são os serviços disponíveis? Quais os horários de atendimento? Há vacinas? Disponibilização de medicamentos? Há filas? Quantas pessoas estão na fila? Quem pode ser atendido na unidade? O que precisa para ser atendido? Qual a estrutura presente na unidade? Há grupos na unidade e quais?

Cada educando(a) pode fazer outras perguntas, bem como surgirão outras dúvidas durante a visita.

Vale lembrar de se apresentar às/aos profissionais de saúde e às/aos usuárias(os) que estão aguardando atendimento, enquanto Agente de Ecucação Popular em Saúde (AgPopSUS) em formação.

A **terceira parte do Plano de Ação** a ser desenvolvido pelas(os) educandas(os) será a descrição da Rede do SUS no seu território. Lembrando que a Rede, como tal, tem "nós" e "cordas de ligação", de forma que o NÓ pode estar fora do território, numa unidade de saúde mais distante, mas possibilita que as ações do SUS cheguem ao território. Cada grupo responsável pelo seu Plano de Ação deve discutir se a Rede do SUS tem a ver com o problema principal escolhido antes. Também é hora de pensar mais ações para o plano e/ou rever a lista de problemas.

3ª SISTEMATIZAÇÃO: AS(OS) EDUCANDAS(OS) DEVEM SER INCENTIVADAS(OS) A CONTINUAREM A REGISTRAR NO CADERNO SUAS IMPRESSÕES SOBRE O CURSO, O QUE APRENDERAM, O QUE ACHARAM DIFÍCIL, COMO FOI A VISITA ÀS UNIDADES DE SAÚDE. NA UNIDADE, CONSEGUIRAM FALAR COM PROFISSIONAIS? CONHECERAM AS AÇÕES DO SUS NO TERRITÓRIO? FORAM BEM RECEBIDAS(OS)?

É BOM COLOCAR UMA AVALIAÇÃO DAS VISITAS NO SEU CADERNO, ASSIM COMO A IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE QUE VOCÊ OU SUA FAMÍLIA UTILIZAM.

SÉTIMO MOMENTO:
AVALIAÇÃO DO MÓDULO

Pede-se para cada educanda(o) utilizar uma folha de papel em branco. Todas(os) devem lembrar de quando iniciaram o eixo. Como estavam? O que já sabiam?

A partir desta lembrança, desenhar ou escrever sobre o que aprenderam, como estão agora, se estão diferentes e o que faltou ou poderia melhorar.

Ler ou apresentar em grande roda suas produções e debater avaliando.

OITAVO MOMENTO:
MÍSTICA FINAL

O/A educador(a) deve sugerir que um NB faça a leitura do poema "Quando pacientes perderem a paciência", do poeta Lucas Bronzatto, e prepare uma mística para o momento.

QUANDO PACIENTES PERDEREM A PACIÊNCIA
(LUCAS BRONZATTO)

Ninguém mais vai morrer na porta dos hospitais
Nenhum desrespeito será tolerado
Não existirão mais farmácias privadas
nem planos nem seguros
pois será proibido pagar por saúde
quando pacientes perderem a paciência

Leitos deixarão de ser propriedade de uns poucos
Na fila – única – classe, cor de pele, gênero, orientação sexual
não determinarão quem vive e quem morre
porque nenhuma pessoa, nenhum povo mais
será classificada pelo Estado como "matável"
quando pacientes perderem a paciência

O lucro não vai mais definir doenças
e ninguém mais vai engolir junto com os comprimidos
as péssimas condições de vida e trabalho
porque não haverá mais opressores e oprimidos
quando pacientes perderem a paciência

Acabará a exploração do trabalho e da natureza
e vírus nenhum se espalhará ou surgirá

por causa de jeitos doentios de se viver
já que a maior incubadora de tragédias
“naturais”
(o capitalismo) será destruída a marreta-
das
quando pacientes perderem a paciência

Não existirão propagandas de remédios
nem de alimentos
Será tamanha a clareza das pessoas so-
bre seu corpo
que a palavra prescrição será abolida do
dicionário
Todo e qualquer tratamento será decidido
em conjunto
quando pacientes perderem a paciência

Muitos intelectuais ficarão sem chão
ao verem que o problema central não era
de administração
que as grandes soluções não eram huma-
nização, formação,
avaliação, regulação, negociação
Ficará claro que o melhor dispositivo de
gestão é a revolução
quando os pacientes perderem a paciência
Além de palmas, profissionais receberão
respeito e condições e contratos dignos
de trabalho

Fundações, O.S., EBSERH, serão
apenas letras
e palavras indecifráveis de papéis
amarelados
no museu de nosso passado
precário
quando as pacientes perderem a
paciência

Não haverá mais abismos nem
hierarquias
nem gritos nem silêncios nem
prisões nem indiferenças
Os pacientes é que serão os
deuses
quando perderem a paciência

Quando pacientes perderem a
paciência
numa reunião qualquer do centro
comunitário do bairro
serão decididos os rumos da
ciência

TEXTO I
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO: NOS CAMINHOS DA PEDAGOGIA DOS TERRITÓRIOS

ALEXANDRE PESSOA DIAS
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

O que faz bem à saúde da sua comunidade no território onde você vive? O que faz mal à sua saúde e à comunidade?

Fazer essas perguntas é muito importante para entender como o ambiente onde a gente vive tem influência na nossa saúde e na nossa comunidade e permite uma relação de diálogo.

Dependendo das condições de vida, de trabalho, experiências diárias, organização comunitária, culturas, saberes e fazeres locais, as respostas vão ser diferentes, seja de pessoa para pessoa, seja ao longo da história dos territórios.

O processo saúde-doença-cuidado difere nos lugares e ao longo do tempo, de acordo com as classes e grupos sociais a que os sujeitos pertencem, devendo ser consideradas as grandes diferenças e especificidades dos modos de vida entre as populações das cidades, das periferias urbanas, do campo, da floresta e das águas.

O Brasil, de dimensões continentais, possui as riquezas de sua cartografia social e de elevada biodiversidade, constituída pelos biomas da Amazônia,

Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas. Os povos originários, os povos indígenas estabeleceram uma coevolução com os diversos ecossistemas, podendo ser considerados como as primeiras experiências de agroflorestas, que promovem o cultivo de alimentos e plantio de árvores, preservando as florestas, os solos e as águas. Entretanto, estamos diante de uma profunda crise ecológica decorrente das alterações da natureza, que se intensificaram a partir do desenvolvimento e da expansão do capitalismo, bem como das profundas mudanças das relações sociais, determinadas pelos conflitos entre capital-trabalho, com os processos de degradação e poluição ambiental gerados pela Revolução Industrial e Energética.

Vemos que a vida, o trabalho e a natureza viraram mercadorias. Há uma crise que é a de continuidade deste modelo de progresso e desenvolvimento que é predatório, e nos atinge de várias formas. O pior é ver que este modelo não visa diminuir as desigualdades e injustiças – pelo contrário, elas só aumentam.

Em termos de mobilização das populações do campo, da floresta e das águas, tem-se verificado uma capacidade de resistência, em diversas escalas diferentes, seja nas comunidades, na atuação em redes, em confluências regionais de movimentos sociais distintos, nas lutas pelos direitos à terra, à água e às políticas públicas de proteção social. Essa mobilização e capacidade de organização popular têm, cada vez mais, alcançado também a escala dos biomas, a exemplo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado etc.

A água educa! Como a água é um componente central para a produção e reprodução da vida, em muitos territórios ela atua como tema gerador, ou seja, aglutinador e mobilizador em termos pedagógicos e políticos.

A insegurança hídrica decorrente das mudanças climáticas tem aumentado a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos de prolongamento das secas e do aumento das inundações no Brasil. Os eventos de onda de calor, por sua vez, têm ampliado o estresse hídrico, térmico e energético, com diversos impactos à saúde e às economias em nível local e nacional.

Nossos rios e bacias hidrográficas seguem sendo desmatados, poluídos, contaminados, assoreados, represados, sepultados em galerias subterrâneas e cada vez mais turbulentas, com as águas maltratadas, desperdiçadas, exportadas na forma de alimentos (*commodities*[1] agropecuárias).

[1]Entende-se por commodities bens ou produtos que são intercambiáveis, ou seja, podem ser trocados por outros bens do mesmo tipo e valor. Apresentam preços estabelecidos em mercados financeiros internacionais e no comércio global. Geralmente, as commodities são matérias-primas ou produtos primários que podem ser produzidos em massa e vendidos sem diferenciação qualitativa entre os produtores. As commodities agropecuárias incluem itens como grãos, oleaginosas, carnes, laticínios, fibras naturais, entre outros.

O agro-hidronegócio e a mineração têm gerado graves impactos socioambientais no Brasil. É necessário e urgente, portanto, mudar o curso da relação humanidade - natureza.

Diante da insegurança hídrica no Brasil, os agentes de educação popular em saúde, em muitos lugares e momentos, poderão ser desafiadas(os) a participarem de mobilizações em defesa do direito humano à água-terra e da necessidade de articular as(os) moradoras(es) e agentes públicos existentes nas localidades.

A água que a sua comunidade bebe é boa? Por que? Essa é uma pergunta recorrente nos territórios do nosso país, que indica a importância de ampliarmos a comunicação em saúde por meio da vigilância em saúde, fortalecida pela comunicação que emerge dos territórios e de movimentos, como a vigilância popular em saúde.

A insegurança hídrica no Brasil tem relação com a insegurança alimentar, ou seja, quem tem sede tem fome, o que promove um círculo vicioso de agravamento das condições de vida e situação de saúde dos territórios. As populações do campo, da floresta e das águas compreendem uma diversidade de povos e comunidades tradicionais e de populações que são atingidas por grandes empreendimentos que produzem processos de desterritorialização, de pobreza, de doenças e agravos.

O país precisa de uma política de desmatamento zero, e de restauração das áreas degradadas, enfrentando as ações criminosas de madeireiros, grileiros, garimpeiros e outros. Aliado ao fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica, à economia solidária e às tecnologias sociais, e com o manejo ecológico dos ecossistemas, pode-se recuperar a biodiversidade. Para isso, temos também de compartilhar saberes, conhecimentos e poder.

Ações como o reflorestamento, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a campanha “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir alimentos saudáveis”, iniciado em plena pandemia da Covid-19, caminham nesse sentido. “Plantar água e saúde”, proteger os bens comuns, de forma que se promova a segurança alimentar, a redução das desigualdades sociais, a geração de trabalho e renda e, fundamentalmente, do bem viver.

O trabalho de agentes públicos pode se tornar mais potente quando articulado às iniciativas populares, aos movimentos sociais e às organizações de trabalhadoras(es). A escuta e reconhecimento dos saberes destes e outros grupos é fundamental para que a Atenção Primária à Saúde (APS) construa

redes de cuidado integral nos territórios. Podemos destacar duas propostas básicas para disparar estes processos no território: a Vigilância da Saúde (VS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF).

A APS e a VS possuem uma importante capilaridade pelo território nacional. Nesse sentido, é fundamental ter como estratégia da organização comunitária territorializada, ampliar a intersetorialidade e o trabalho coletivo entre a saúde pública com a rede de escolas públicas, com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com a Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudecs), os comitês de bacias hidrográficas, associações de moradoras(es), sindicatos rurais e as diversas entidades que devem ser identificadas e mapeadas nos territórios que estejam em confluência com os princípios da educação popular em saúde e promovam o fortalecimento da democracia participativa, a organização popular e o controle social.

O trabalho educa e promove a interação entre os seres humanos, e entre nós e a natureza, sendo perpassado pelas tecnologias, mas o afeto, o agir (agente) com compromisso e solidariedade em defesa da vida é a base de toda a interação.

TEXTO 2
TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

MAURÍCIO MONKEN
EDILENE DE MENEZES PEREIRA
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Vamos agora conhecer as principais ideias sobre como organizar e potencializar a participação popular nas ações de saúde nos territórios. Conhecer como as pessoas vivem nos ajuda a pensar estratégias para enfrentar os problemas que, muitas vezes, têm origem nas condições de vida das populações.

O que estamos querendo dizer com isso?

Nos territórios onde as populações são mais vulnerabilizadas, as redes de solidariedade são uma forma de ação organizada pelas pessoas para realizar ajuda mútua. Quando associadas à comunicação popular, trazem o potencial da linguagem própria de cada território e toda a capacidade de ação das populações por meio de sua cultura local para mobilizar a participação social no enfrentamento de problemas e emergências de saúde.

QUAL O PAPEL DO TERRITÓRIO PARA ENFRENTAR OS PROBLEMAS DE SAÚDE?

O território nos “ensina” a melhor forma de agir localmente. Tem potencial

para conhecer a história das comunidades e toda a riqueza de acontecimentos comuns entre elas, o que ajuda a dar identidade às populações por meio da confiança, do vínculo e da cumplicidade em suas ações cotidianas conjuntas. Esses aspectos são importantes para a participação popular!

Sua capacidade de entendimento da realidade oferece elementos para a formulação de caminhos para as políticas públicas, as quais, desde o processo de democratização da sociedade brasileira a partir dos anos 1980 e 1990, vem orientando a participação social em suas variadas expressões políticas: em conselhos, comitês, conferências, ouvidorias, audiências públicas, entre outras – e o relacionamento das instituições públicas com a população. É o que chamamos de controle social.

O território concretiza a prática dos movimentos sociais orientada pelos contextos de vida ao incorporar e gerar saberes das classes populares como forma de ação política e técnica, garantindo autonomia para definir seu destino em acordo com as condições de vida local. Ele também nos ajuda a descrever e entender as diversas formas de viver no planeta. Contribui para o conhecimento dos modos de vida das pessoas e grupos, sua cultura e tradições, saberes, ideias, sentimentos, projetos e interesses diversos que se materializam na disputa pela utilização e controle de espaços e recursos encontrados nos territórios da vida cotidiana, que orientam o entendimento do processo de se ter saúde ou de adoecimento das populações.

Ao falar de território também precisamos conhecer o que é poder, pois isso nos ajuda a entender o significado de território. A população, as empresas, o poder público, os movimentos sociais, as diversas organizações sociais, culturais, religiosas, dentre outras, possuem poder de ação e o exercem de acordo com seus planos e projetos e com suas capacidades de fazer com que eles se materializem no território.

Especialmente na saúde coletiva, o território contribui na operacionalização da participação social como um dos princípios do SUS, garantindo espaço à população no processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde. Desde meados dos anos 2000 vem crescendo uma forma de atuação mais direta, a partir da inserção dos movimentos sociais nas práticas de saúde, executando ações por meio dos seus saberes e conhecimento do território, muitas vezes, intermediadas pelas organizações sociais e por redes comunitárias de solidariedade locais.

E AS REDES COMUNITÁRIAS DE SOLIDARIEDADE: COMO PODEM CONTRIBUIR PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

Por serem geradoras de relações cotidianas de reciprocidade e confiança entre os moradores de um território, as redes comunitárias de solidariedade abrem possibilidade de incluir a participação de pessoas e grupos, e estimulam a cidadania ao levar a população à participação ativa no planejamento e na execução de ações locais.

Estamos falando das redes construídas na família, na vizinhança e nas amizades e, até mesmo, as que são estabelecidas nas relações de compra e venda de mercadorias e serviços (manicure, pedreiro, dentre outras), escolas, igrejas, esportes, lazer, instituições científicas, associações civis, organizações não governamentais (ONGs), entre outras, criando iniciativas para a solidariedade local e participação popular.

As redes comunitárias, quando associadas aos recursos tecnológicos e digitais (celulares e computadores), constituem-se como estratégias de participação com base nos saberes populares que fortalecem os laços, os vínculos e as identidades locais, inclusive com outros territórios mais distantes, no enfrentamento dos problemas e na busca de suprir as necessidades locais, sendo fundamentais na mobilização da população e na busca ativa ao apoio social como uma estratégia de sobrevivência de populações em territórios vulnerabilizados.

IDENTIDADE SOCIAL E TERRITÓRIO: QUAL SUA IMPORTÂNCIA PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

As características sociais, culturais, ambientais e sanitárias que envolvem as identidades das pessoas com o seu território de vida e trabalho podem interferir nas práticas de saúde no território, principalmente naquelas que incorporam a população nas ações de saúde. A participação popular nas práticas de saúde é vital para ampliar a atuação comunitária e aproximá-las das equipes e dos serviços de saúde no controle e vigilância dos problemas de saúde, possibilitando a construção de formas de se comunicar e participar com base na identidade e pertencimento da população na vida social do território.

Mobilizar a população para a ação e o cuidado com seu território de vida significa conduzir pessoas a agirem em conjunto, o que implica criar maneiras de estabelecer relações de cooperação com o objetivo de efetivar a participação popular.

Por isso, a cultura local é tão importante, pois é o meio pelo qual as pessoas organizam e legitimam seu grupo na sociedade, através de seus conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes que as pessoas adquirem e desenvolvem junto aos territórios e contextos sociais ao longo da vida. São aspectos de grande importância que influenciam comportamentos, percepções, emoções, linguagem, religião, rituais, estrutura familiar, dieta, modo de vestir, imagem corporal, percepção de tempo e espaço e atitudes em face de doença, dor e outras formas de problemas que favorecem a mobilização, a emancipação e a participação popular.

O POTENCIAL DA COMUNICAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO: O QUE PODEMOS DIZER SOBRE ISSO?

Os grupos culturais e seus meios de comunicação locais são fundamentais, pois têm a capacidade de compreender os saberes populares e tradicionais para estimular a produção e a disseminação de conteúdos relacionados aos territórios, seus problemas e potencialidades com o propósito de organizar ações participativas nas práticas de saúde.

A ação e a linguagem desses grupos, que muitas vezes são pouco visíveis, se articulam em rede ouvindo as “vozes dos territórios”. Possuem saberes que transformam relações, produzem literatura, dança, música e, até mesmo, economia alternativa. Tudo isso pode promover estratégias de participação social, potencializando ideias de cultura não hegemônica que reafirmam os territórios para o enfrentamento de problemas e necessidades locais.

LEITURA COMPLEMENTAR DO EIXO 3:

***Pacientes impacientes*, Paulo Freire (2007, p. 32 em diante).**





CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO DO SUS E DO DIREITO À SAÚDE

ISBN: 978-65-88309-43-8